



REPÚBLICA DE CABO VERDE

PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)

Project Preparation Advance- PPA Improving Connectivity and Urban Infrastructure Project (P178644)

Projecto de Melhoria da Conectividade e Infra-estruturas Urbanas (P178644)

Janeiro de 2022



Acrónimos e Abreviaturas

Acrónimo/sigla	Descrição
AIAS	Avaliação do Impacto Ambiental e Social
A&S	Ambiental e Social
AS	Assédio Sexual
ASS	Ambiente, Saúde e Segurança
AT	Assistência Técnica
BPII	Boas Práticas da Indústria Internacional
CCGR	Comité Central de Gestão de Reclamações
CERC	Componente de Resposta a Emergências de Contingência
CLGR	Comité Local de Gestão de Reclamações
COVID-19	Doença de Coronavirus 2019
CV	Cabo Verde
DNA	Direção Nacional do Ambiente
EAS	Exploração e Abuso Sexual
ECV	Estradas de Cabo Verde
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases com efeito de estufa
GovCV	Governo de Cabo Verde
ICIEG	Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade do Género
ICV	Infraestruturas de Cabo Verde
IDA	International Development Association
IPC	Instituto do Património Cultural
M&E	Monitoring and Evaluation
MF	Ministério das Finanças
MGR	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação
NAS	Normas Ambientais e Sociais
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
PAD	Project Appraisal Document
PAR	Plano de Ação de Realojamento
PCAS	Plano de Compromisso Ambiental e Social
PEDS	Plano Estratégico Desenvolvimento Sustentável
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas



PF	Ponto Focal
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Project Preparation Advance
PRRA	Programa de Requalificação Reabilitação e Acessibilidade
QAS	Quadro Ambiental e Social
QPR	Quadro de Políticas de Reassentamento
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SDG	Sustainable Development Goal
SGR	Serviço de Gestão de Reclamações
UGPE	Unidade de Gestão de Projetos Especiais
VBG	Violência Baseada no Género



Índice

1.	Introdução.....	3
1.1.	Contexto do País	3
1.2.	Contexto sectorial e institucional do projecto.....	3
1.3.	Descrição do projeto.....	5
1.3.1.	Objetivo de Desenvolvimento do Projeto.....	5
1.3.2.	Componentes do projeto	6
1.4.	Resumo dos Impactos Esperados	7
2.	Objectivo do Plano de Envolvimento das partes interessadas	1
3.	Identificação e análise das partes interessadas	1
3.1.	Metodologia	1
3.2.	Beneficiários do projeto	2
3.3.	Parceiros do projeto.....	3
3.4.	Partes Afetadas	4
3.5.	Outras Partes Interessadas	5
3.6.	Indivíduos ou grupos desfavorecidos / Vulneráveis.....	6
3.7.	Resumo das necessidades das partes interessadas do projeto	7
4.	Programa de Envolvimento das Partes Interessadas	9
4.1.	Objetivo e calendário do programa de envolvimento das partes interessadas	9
4.2.	Mensagens-chave	12
4.3.	Estratégia proposta para a consulta e a divulgação de informação	13
4.4.	Estratégia proposta para incorporar a visão dos grupos vulneráveis	20
4.5.	Indicadores de progresso na implementação do PEPI	20
4.6.	Linhas de tempo	21
4.7.	Estimativa de custos de implementação do PEPI	21
4.8.	Revisão dos Comentários.....	21
4.9.	Fases Futuras do Projeto	22
5.	Recursos e Responsabilidades para a implementação de atividades de envolvimento das partes interessadas	22
5.1.	Recursos	22
5.2.	Funções e Responsabilidades de Gestão	22
6.	Mecanismo de Gestão de Reclamações	23
6.1.	Descrição do mecanismo de gestão de reclamações	23
6.2.	Tipo / categoria de reclamações.....	25
6.3.	Procedimentos para a comunicação e registo de queixas.....	26
6.3.1.	Procedimentos para a comunicação e registo de queixas de VBG/EAS/AS e VCC.....	29
6.4.	Ficha de resumo das reclamações	29
6.5.	Relatório de tratamento das reclamações	29
6.6.	Informação ao público sobre o MGR	29
6.7.	Recurso à justiça	30
7.	Monitorização e relatórios	30
7.1.	Envolvimento das partes interessadas nas atividades de monitorização	30
7.2.	Apresentação de relatórios aos grupos de partes interessadas	30
Anexo 1- Memorandum de Encontros de Consultas das Partes Interessadas no Âmbito da Conceção deste PEPI.....		32
Anexo 2 – Formulário do livro de reclamações		40



Tabela

Tabela 1. Quadro das partes beneficiadas e afetadas pelo projeto	4
Tabela 2. Outras partes interessadas	6
Tabela 3. Pessoas vulneráveis	6
Tabela 4. Necessidades das partes interessadas	7
Tabela 5. Programa geral de envolvimento das partes interessadas	10
Tabela 6. Técnicas de envolvimento das partes interessadas	13
Tabela 7. Atividades de Envolvimento das Partes Interessadas propostas para cada fase do projecto	16
Tabela 8. Indicadores de progresso na implementação do PEPI	20
Tabela 9. Estimativa orçamental para a implementação do PEPI	21
Tabela 10. Prazos de execução das etapas de tratamento das reclamações	25

Figuras

Figura 1. Mapa de Cabo Verde	3
Figura 2. O circuito das reclamações admitidas a nível do CLGR.....	27
Figura 3. Circuito das reclamações admitidas a nível do CCGR	28

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto do País

Cabo Verde é um arquipélago de dez ilhas, nove das quais são habitadas, localizado a 500 quilómetros da costa ocidental de África. O país desenvolveu-se, em grande parte alavancado na sua considerável indústria turística, e alcançou o estatuto de país de rendimento médio-baixo com um rendimento nacional bruto (RNB) per capita de US\$3 630 em 2019. O crescimento económico de Cabo Verde nas últimas duas décadas resultou numa redução substancial da pobreza (de 58% em 2001 para 35% em 2015) e na diminuição da desigualdade de rendimentos (de um coeficiente de Gini de 0,53 em 2001 para 0,42 em 2015). A forte recuperação económica do país após a crise do euro em 2015 foi subitamente interrompida pela pandemia da COVID-19. O abrandamento resulta de um declínio de 61,6% nas receitas do turismo, que representam 17,7% do PIB, perdas de receitas nas pescas, que geram 31% do total das exportações, e estagnação da atividade no fabrico, transporte e logística, refletindo perturbações nas cadeias de abastecimento mundiais. A contração do PIB poderia causar a perda de 17 500 postos de trabalho. A taxa de desemprego subiu de 8,5% em 2019, segundo o FMI, para um recorde de 19,2% (32,4% entre jovens e mulheres). No entanto, o crescimento do PIB atingiu 7,2% em 2021, apoiado pela reabertura progressiva das fronteiras e pela retoma gradual do fluxo turístico.



Figura 1. Mapa de Cabo Verde

1.2. Contexto sectorial e institucional do projecto

O Projecto de Melhoria da Conectividade e Infra-estruturas Urbanas visa dar continuidade ao Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA) e combater as desigualdades regionais. O Governo de Cabo Verde introduziu o Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA) em 2017 por um montante estimado de 110 milhões de dólares. O programa foi enquadrado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 do Governo (PEDS), e está alinhado com o actual PEDS 2022-2026. O PRRA visa melhorar as infra-estruturas e serviços em áreas urbanas e territórios para permitir o



crescimento económico inclusivo, melhorar a qualidade de vida, e reforçar a sustentabilidade e a resiliência.

O PRRA investe em oito eixos: (i) Reabilitação de Centros Urbanos e Bairros; (ii) Reabilitação de Habitação; (iii) Regeneração de Centros Históricos; (iv) Reabilitação do Património Histórico, Cultural e Religioso; (v) Reabilitação de Áreas de Frente Marítima; (vi) Estradas com elevado potencial agrícola e turístico; (vii) Construção/Reabilitação de Docas de Pesca; e (viii) Projectos Especiais. Portanto o projeto adotará a mesma estratégia e modelo operacional delineado para o PRRA, por forma a dar continuidade a um modelo de desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e resiliente para o país. Por via deste projeto, o GovCV solicita ao Banco Mundial (BM) o financiamento de programas específicos, enquanto parceiro de desenvolvimento para a redução da pobreza extrema e para o aumento da prosperidade partilhada. A conceção deste Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) corresponde ao cumprimento de um dos requisitos de formulação do interesse pelo financiamento deste projeto junto ao Banco Mundial, em conformidade com o Quadro Ambiental e Social da instituição.

O PRRA tem uma forte componente relacionada à urbanização e ordenamento do território, tendo em conta que a maior parte da urbanização ocorreu sem planeamento espacial. Com 74% da população a viver em zonas urbanas, Cabo Verde é hoje um dos países mais urbanizados de África. A urbanização tem sido uma tendência constante em Cabo Verde desde 1950 e acelerou na década de 1980. Em 1998, a percentagem da população que vivia nas zonas urbanas tornou-se mais elevada do que nas zonas rurais. A migração das zonas rurais para as cidades tem sido impulsionada principalmente pela seca e pelo boom turístico recentemente experimentado em certas ilhas, nomeadamente Sal e Boa Vista. A urbanização não tem acontecido de forma homogénea em todo o país. Ilhas como Santo Antão, São Nicolau, e Brava sofreram um declínio populacional entre 1992 e 2016, enquanto Sal (96 por cento urbano), São Vicente (94 por cento urbano), e Boa Vista (86 por cento urbano) sofreram um aumento de mais de 300 por cento causado por uma concentração do crescimento económico fomentado pelo turismo. Actualmente, em todas as ilhas, excepto Brava e Fogo, a população urbana é maior do que a população rural. Durante a próxima década, a taxa de crescimento da população urbana deverá ser quase o dobro da taxa de crescimento da população nacional (1,97 contra 1,15% por ano), resultando em mais de 74.000 novos habitantes urbanos.

O desenvolvimento acompanhado do planeamento espacial, acesso a infra-estruturas e serviços básicos constituem ainda desafios para os sucessivos governos. Metade das famílias urbanas ainda não tem acesso aos serviços básicos, de acordo com o indicador 1.4.1 do SDG, que mede a percentagem de famílias com acesso a todos os serviços básicos, incluindo água potável, saneamento, higiene, energia, mobilidade, recolha de resíduos, cuidados de saúde, educação e tecnologias de informação. Na capital Praia, quase um quarto (23%) da população vive em povoados informais, frequentemente desligados dos empregos e serviços, localizados perto de ruas não pavimentadas, e sem acesso ao espaço público. Além disso, o rápido crescimento do turismo revelou também lacunas significativas na gestão costeira e na sustentabilidade ambiental, que têm um impacto directo nas condições de vida nas zonas urbanas.

A conectividade entre e dentro das ilhas é um constrangimento adicional ao desenvolvimento social e económico. Sendo um arquipélago composto por nove ilhas habitadas que estão dispersas e rodeadas por mares agitados, a conectividade é um constrangimento fundamental para desbloquear o potencial económico do país. A geografia peculiar de Cabo Verde e a sua



população escassa representam enormes desafios do ponto de vista do desenvolvimento de infra-estruturas. O território fragmentado exige que as principais infra-estruturas, tais como estradas, portos e aeroportos, sejam duplicadas, ampliando os custos de construção e manutenção. Além disso, a singular conformação geográfica (declives íngremes e terrenos instáveis e friáveis conducentes a deslizamentos de terras e quedas de rochas), resulta em custos de manutenção relativamente elevados e numa elevada vulnerabilidade para a actual rede rodoviária. A conectividade interna de cada ilha depende da rede rodoviária, composta por aproximadamente 1.650 km, dos quais 67% são estradas nacionais e 33% são estradas municipais. Há uma gama de tipos de estradas que variam desde estradas de terra e cascalho, calçamento, até auto-estradas pavimentadas com asfalto. Cerca de um quarto da rede rodoviária não é asfaltada. A ligação da população rural à rede rodoviária principal através da melhoria das estradas rurais continua a ser uma prioridade para o Governo de Cabo Verde.

Para combater as desigualdades regionais, e num alinhamento entre diversos instrumentos de política e de planeamento tais como: o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Cabo Verde (2018-2030), o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-Agenda 2030 das Nações Unidas, a visão estratégica nacional pós-pandémica "Ambição 2030", entre outros, o Governo de Cabo Verde pretende dar continuidade ao Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA). Portanto o projeto incluirá subprojectos que terão implicações nos seguintes eixos: Reabilitação de Centros Urbanos e Bairros; Regeneração de Centros Históricos; Reabilitação do Património Histórico, Cultural e Religioso; Reabilitação de Áreas de Frente Marítima; Estradas com elevado potencial agrícola e turístico e Construção/Reabilitação de Docas de Pesca.

1.3. Descrição do projeto

O objectivo de nível mais elevado do projecto proposto será apoiar o desenvolvimento sustentável e reduzir a pobreza e as desigualdades territoriais em Cabo Verde através de investimentos espacialmente integrados que abranjam os sectores dos transportes e urbano em áreas específicas do país. O projecto irá apoiar a qualidade de vida das comunidades através da requalificação urbana e territorial em municípios selecionados e aumento da resiliência das ligações entre municípios, pelo que incluirá quatro componentes: Componente 1: Infra-estruturas Urbanas e Territoriais Resilientes; Componente 2: Melhoria da Conectividade e Resiliência Rodoviária; Componente 3: Gestão de Projectos e Capacitação; e Componente 4: Componente de Resposta a Emergências de Contingência (CERC). Portanto, financiará investimentos urbanos e de transporte (com uma dotação orçamental prevista de 50/50 entre a Componente 1 e a Componente 2, a ser ajustada também em função do peso da resiliência rodoviária na lista de activos a intervir) em todo o país, dando prioridade a actividades espacialmente integradas e explorando sinergias para gerar maiores impactos. Os municípios e áreas específicas de intervenção serão identificados durante a fase de preparação do projecto.

1.3.1. Objetivo de Desenvolvimento do Projeto

Melhorar as infra-estruturas urbanas e territoriais, a conectividade e a resiliência em zonas-alvo em Cabo Verde / Melhorar as condições de vida através de uma conectividade rodoviária resiliente e de infra-estruturas urbanas e territoriais em zonas-alvo em Cabo Verde.



1.3.2. Componentes do projeto

Componente 1: Infra-estruturas de Desenvolvimento Urbano e Territorial Resilientes

Esta componente integra um conjunto de obras com foco na melhoria de condições de vida e desenvolvimento territorial dos bairros vulneráveis, que serão posteriormente identificados durante a preparação do projecto. O objectivo desta componente será reabilitar espaços e bens públicos para o uso comunitário, mitigação do clima, e desenvolvimento económico local. Os trabalhos no âmbito desta componente utilizarão materiais de construção resistentes a inundações e outros perigos (por exemplo, betão, borracha, madeira tratada, e metal) e seguirão as normas internacionais de construção.

As intervenções no âmbito desta componente dividem-se em duas categorias:

- (i) requalificação urbana e territorial, incluindo reabilitação de centros e bairros urbanos e/ou históricos, pavimentação de ruas, melhoria dos sistemas de drenagem, melhoria das áreas verdes para mitigação e adaptação ao clima (por exemplo, protecção contra inundações e calor extremo);
- (ii) requalificação de áreas de frente marítima e infra-estruturas pesqueiras para reforçar a actividade económica.

Componente 2: Melhoria da Conectividade e Resiliência das Estradas

Esta componente financiará obras de reabilitação de estradas para melhorar a conectividade do transporte rodoviário nas comunidades seleccionadas a nível nacional. O método de selecção de estradas será determinado durante a preparação do projeto e incluirá uma análise multicritério que terá em conta, entre outros, o estado da estrada, o risco actual e projectado para as alterações climáticas, a importância para a resiliência da rede nas respectivas ilhas e os factores socioeconómicos das comunidades afectadas. Esta abordagem centrar-se-á também no aumento da resiliência às alterações climáticas, aos riscos naturais, e às condições ambientais que afectam o País.

As obras a financiar no âmbito do novo projecto têm o potencial de melhorar a conectividade, facilitando o transporte de produtos agrícolas para os mercados, reduzindo os tempos de deslocação dos trabalhadores que viajam entre comunidades em ligação com o seu emprego, melhorando o acesso a escolas e instalações médicas, e promovendo o turismo. Têm também o potencial de tornar os espaços urbanos seleccionados mais atraentes e inclusivos, tanto para residentes como para visitantes. Espera-se também que as intervenções resultem em maiores oportunidades de rendimento para as comunidades locais, devido a uma melhor conectividade com as oportunidades económicas.

Componente 3: Apoio à Implementação do Projeto (Valor estimado: US\$ 0,48 milhão)

Esta Componente dará apoio à UGPE na gestão e implementação do Projeto. Nesta fase ainda não está claro o modelo de gestão do projecto, mas caso for decidido a gestão na UGPE, apoiará as despesas relacionadas com a implementação do Projeto, incluindo a contratação de (i) um consultor para preparar os estudos específicos finais de salvaguarda ambiental e social (A&S) para as actividades da Componente 1 e 2; (ii) capacitação para a UGPE e outras partes interessadas do setor, conforme necessário; e (iii) custos operacionais do projeto.

Financiará ainda outras actividades relacionadas com a gestão de projectos nomeadamente a coordenação de projectos, aquisições, M&E, comunicação de projectos, envolvimento dos cidadãos, capacitação e salvaguardas ambientais e sociais. Esta componente cobrirá também equipamento de escritório, custos operacionais e auditorias independentes.



As actividades de capacitação irão apoiar o reforço do PRRA e os esforços de implementação. Durante esta primeira fase, esta componente apoiará actividades para o reforço do PRRA, tais como o desenvolvimento de uma estratégia a longo prazo e de um quadro de prioridades, um quadro de monitorização e avaliação. Além disso, a assistência técnica pode incluir actividades de apoio às ligações entre investimentos e instrumentos de planeamento territorial informados sobre os riscos, tais como o desenvolvimento de avaliações de risco de municípios prioritizados para informar o planeamento territorial informado sobre os riscos e orientar a localização dos investimentos. Pode também incluir a geração de conhecimentos (preparação de inquéritos relacionados, estudos, etc.) e o desenvolvimento das capacidades necessárias em matéria de transportes e desenvolvimento urbano, necessárias para o êxito da implementação do projecto. As áreas de assistência técnica serão prioritizadas e confirmadas durante a preparação do projecto e durante a sua implementação.

Componente 4: Componente de Resposta a Emergências Contingentes (CERC) (Valor estimado: US\$ 0 milhão).

Um CERC será incluído no projeto de acordo com a Política de Financiamento de Projetos de Investimento (PIF), para Situações de Necessidade Urgente de Assistência e Restrições de Capacidade. Permitirá a rápida realocação de fundos de empréstimos não comprometidos no caso de uma emergência elegível.

Esta componente terá uma dotação orçamental inicial zero, mas permitirá uma rápida reafecção dos fundos do projecto no caso de uma catástrofe ou crise natural, ou provocada pelo homem, que tenha causado ou seja susceptível de causar iminentemente grandes impactos económicos e/ou sociais adversos. Para desencadear esta componente, o Governo declararia uma emergência ou forneceria uma declaração de facto justificando o pedido de activação da utilização do financiamento de emergência. Esta componente também poderia ser utilizada para canalizar fundos adicionais caso estes se tornassem disponíveis devido a uma emergência. Para esta componente seria preparado um Manual de Operações de Resposta de Emergência específico, detalhando o FM, as aquisições, as salvaguardas, e quaisquer outras disposições de implementação necessárias.

1.4. Resumo dos Impactos Esperados

Dada a conhecida natureza provável das actividades do projeto, o mesmo está classificado com risco ambiental e social substancial. Portanto existem um conjunto de potenciais impactes ambientais e sociais ambientais negativos e positivos associados ao projeto.

Neste momento, os locais exatos das sub-actividades do projecto ainda não são totalmente conhecidas e para a fase de PPA do projecto estão previstos apenas trabalhos de consultoria e assistência técnica. No entanto, na fase de implementação do projecto, relacionadas a Componente 1 e 2, estão previstas obras a serem realizadas em áreas urbanas ou periurbanas, para além da reabilitação de estradas, pelo que há risco de alguns trabalhos serem realizados em áreas sensíveis, razão pela qual o risco ambiental é considerado substancial nesta fase. Não obstante, será reavaliado posteriormente. De uma forma geral, tendo em conta o tipo de intervenções propostas, espera-se que os riscos e impactes potenciais sejam temporários e/ou reversíveis, de magnitude moderada, específicos do local e possíveis de mitigar através de medidas convencionais de mitigação e gestão.



Do ponto de vista social, espera-se que as actividades propostas no projecto resultem em impactos socioeconómicos largamente positivos para as comunidades afectadas. Contudo, os riscos e impactos relacionados com as obras civis propostas devem ser cuidadosamente geridos para evitar ou mitigar, os impactos e riscos de deslocação física ou económica, risco de exploração e abuso sexual/assédio relacionados com o influxo de mão-de-obra, entre outros riscos com impacte na saúde e segurança das comunidades e trabalhadores.

Para mitigar e gerir os riscos e impactos ambientais e sociais, espera-se que o Mutuário prepare os seguintes documentos E&S antes da avaliação: (1) Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESMF) incluindo um Plano de Acção para a prevenção e resposta à exploração e abuso sexual e assédio sexual; (2) Plano de Compromisso Ambiental e Social (ESCP); (3) Procedimentos de Gestão Laboral (LMP); (4) Quadro de Política de Reinstalação (RPF) (5) Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP); e (6) Plano de Gestão do Património Cultural (CHMP).

Relativamente aos subprojectos previstos em locais a determinar nos diferentes municípios, para acautelar a sua implementação, serão adotadas medidas para evitar, reduzir e compensar os eventuais impactos ambientais adversos associados às intervenções previstas, através da Avaliação de Impacte Ambiental e Social dos subprojectos, conceção e implementação de um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) específico de cada subprojecto, a ser elaborado de acordo com as orientações a definir no Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) definido para o projeto. Caso necessário, se a avaliação de risco assim determinar, também serão concebidos Plano(s) de Acção de Reinstalação específico(s) do local (RAP/s).

Para o presente fase (PPA) os riscos associados dizem respeito a exploração e abuso sexual/assédio relacionados à consultoria, pelo que serão adotadas medidas gerais previstas no Plano de ação para a prevenção e resposta à Exploração e Abuso Sexual (EAS) / Assédio Sexual (AS) existe na Unidade de Gestão de Projectos Especiais.



2. OBJECTIVO DO PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O objetivo geral deste PEPI é de melhorar a sustentabilidade ambiental e social do projecto, proporcionando as partes afectadas e beneficiadas condições e oportunidade de partilha de contribuições e sugestões durante esta fase de conceção do projecto e ao longo da sua implementação, por forma a facilitar e influenciar a tomada de decisão, para além de criar uma atmosfera de aceitação e entendimento, envolvendo ativamente as pessoas de forma atempada.

Os principais objetivos do PEPI podem ser resumidos da seguinte forma:

- Identificar as principais partes interessadas que são afetadas, e/ou capazes de influenciar o Projeto e as suas atividades;
- Identificar os métodos, o calendário e as estruturas mais eficazes para partilhar informações sobre o projeto, e assegurar uma consulta regular, acessível, transparente e adequada;
- Fornecer orientações para o envolvimento das partes interessadas, de modo a cumprir as normas das Melhores Práticas Internacionais;
- Desenvolver um processo de envolvimento das partes interessadas que proporcione às mesmas uma oportunidade de influenciar o planeamento, a conceção e a implementação do projeto;
- Estabelecer um mecanismo formal de gestão de reclamações;
- Definir papéis e responsabilidades para a implementação do PEPI;
- Definir medidas de informação e monitorização para assegurar a eficácia do PEPI e a introdução de ajustamentos necessários;

O PEPI irá definir uma abordagem técnica e culturalmente apropriada para a consulta e divulgação do projeto, por forma a que os grupos identificados como parte afetada e interessada tenham oportunidade suficiente para expressar as suas opiniões e preocupações e que possam influenciar as decisões do Projeto em tempo oportuno. O processo será livre de manipulação, interferência, coerção e intimidação, e será conduzido com base em informação oportuna, relevante, compreensível e acessível. Envolverá interações entre grupos de pessoas identificadas e proporcionará às partes interessadas uma oportunidade de expor as suas preocupações e opiniões (por exemplo, através de reuniões, inquéritos, entrevistas e/ou grupos focais), e assegurará que esta informação seja tomada em consideração na tomada de decisões do projeto.

O projecto prevê um conjunto de subprojectos que irá gerar centenas de empregos diretos temporários durante a sua execução, para além da dinamização da economia local e melhoria do bem-estar das comunidades, após conclusão das obras, resultando em impactos sociais positivos, tanto a nível individual como comunitário. Contudo, as barreiras infraestruturais e os estereótipos baseados no género podem impedir grupos específicos de aceder aos benefícios do projeto, tais como para pessoas com deficiência, raparigas adolescentes e mulheres jovens. O projeto tomará medidas específicas para assegurar que estes grupos vulneráveis participem ativamente no planeamento e implementação do projeto e beneficiem plenamente das suas atividades, além de propor um conjunto de medidas de empoderamento



da mulher a serem postuladas ao longo da implementação do mesmo. O projeto também assegurará que o acesso aos benefícios do mesmo seja devidamente monitorizado para evitar desigualdades. O projeto assegurará que estas oportunidades estejam disponíveis a todos os segmentos da população, incluindo os grupos vulneráveis e marginalizados.

Além disso, será importante assegurar um processo inclusivo e abrangente de consulta significativa com as partes interessadas ao longo de todas as fases do ciclo do projecto, com particular ênfase na inclusão de grupos e indivíduos desfavorecidos ou vulneráveis no processo de consulta e, em última análise, como beneficiários do projecto. Nesta ótica, o SEP irá servir como ferramenta útil para gerir as comunicações entre o promotor do projeto (o GovCV através da UGPE e seus parceiros) e as outras partes interessadas.

Para esta fase de PPA será assegurada o envolvimento de todas as instituições relacionadas e beneficiadas do projecto, nomeadamente, Câmaras municipais, Institutos de Estradas, Instituições ligadas a economia azul e Infraestruturas de Cabo Verde. De uma forma generalizada, também serão consultadas algumas comunidades beneficiadas com o programa PRRA, por forma a recolher ganhos para posterior ajuste do PEPI, para além de fornecer informações adicionais sobre os novos projectos e recolher preocupações e sugestões de melhoria.



3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

Os intervenientes no projeto são definidos como indivíduos, grupos ou outras entidades que:

- são afetados ou suscetíveis de serem afetados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, pelo Projeto, também conhecidos como "partes afetadas"; e
- podem ter interesse no projeto "outras partes interessadas". Incluem indivíduos ou grupos cujos interesses podem ser afetados pelo projeto e que têm o potencial de influenciar de alguma forma os resultados do projeto.

A cooperação e a negociação com as partes interessadas ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto requer também, frequentemente, a identificação de pessoas dentro dos grupos que atuam como representantes legítimos do respetivo grupo de partes interessadas, ou seja, os indivíduos a quem os seus colegas de grupo confiaram a defesa dos interesses dos grupos no processo de envolvimento com o Projeto.

Os representantes da comunidade podem fornecer informações úteis sobre os cenários locais e agir como principais canais de divulgação da informação relacionada com o Projeto e como principal elo de comunicação/ligação entre o Projeto e as comunidades visadas e as suas redes estabelecidas. A verificação dos representantes das partes interessadas (ou seja, o processo de confirmação de que são legítimos e verdadeiros defensores da comunidade que representam) continua a ser uma tarefa importante no estabelecimento de contacto com as partes interessadas da comunidade. A legitimidade dos representantes da comunidade pode ser verificada falando informalmente com uma amostra aleatória de membros da comunidade e dando atenção às suas opiniões sobre quem pode representar os seus interesses da forma mais eficaz.

3.1. Metodologia

A fim de responder às abordagens de melhores práticas, o projeto aplicará os seguintes **princípios** para o envolvimento das partes interessadas:

- **Abertura e abordagem de ciclo de vida:** consultas públicas para os subprojetos serão organizadas durante todo o ciclo de vida, incluindo nesta fase de PPA, e serão realizadas de uma forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coação ou intimidação;
- **Participação informada e feedback:** a informação será fornecida e amplamente distribuída entre todos os interessados num formato apropriado; são dadas oportunidades para comunicar o feedback aos interessados, para analisar e abordar os comentários;
- **Inclusividade e sensibilidade:** a identificação das partes interessadas é empreendida para apoiar uma melhor comunicação e construir relações eficazes. O processo de participação no projeto é inclusivo, com encorajamento de participação de todas as partes interessadas e acesso equitativo à informação. É dada especial atenção aos grupos vulneráveis, em particular mulheres, jovens, idosos e as sensibilidades culturais de diversos grupos étnicos. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção dos métodos de participação.



Para efeitos de um envolvimento eficaz e adaptado, as partes interessadas do(s) projeto(s) proposto(s) podem ser divididas nas seguintes categorias principais:

- **Partes afetadas** – pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projeto (PAI) que são diretamente influenciadas (efetiva ou potencialmente) pelo projeto e/ou que foram identificadas como mais suscetíveis a mudanças associadas ao projeto, e que precisam de estar estreitamente envolvidas na identificação dos impactos e do seu significado, bem como na tomada de decisões sobre medidas de mitigação e de gestão;
- **Outras Partes Interessadas** – indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer impactos diretos do projeto, mas que consideram ou percebem que os seus interesses são afetados pelo projeto e/ou que podem afetar o projeto e o processo da sua implementação de alguma forma; e
- **Grupos Vulneráveis** – pessoas que possam ser desproporcionalmente afetadas ou ainda mais desfavorecidas pelos subprojetos em comparação com quaisquer outros grupos devido ao seu estatuto vulnerável, e que possam exigir esforços especiais de envolvimento para assegurar a sua representação equitativa na consulta e no processo de tomada de decisão associado ao projeto.

3.2. Beneficiários do projeto

O projeto terá amplos benefícios sociais, económicos e institucionais para quase toda a população de Cabo Verde, tendo em conta que visa intervenções de melhoria de infraestruturas urbanas, costeiras de apoio à economia Azul e reabilitação de estradas de uma forma integrada em quase todos os municípios do País. Portanto nos beneficiários podemos encontrar simultaneamente partes afetadas, interessadas e grupos vulneráveis do projecto.

- Os decisores políticos nos sectores de infraestruturas e da economia azul irão beneficiar de diversas formas, tendo em conta que os subprojectos irão possibilitar a materialização de programas e estratégias definidos para estes sectores, para além de reduzir as reivindicações e o descontentamento da população em geral. Além disso, os decisores políticos poderão ainda beneficiar indiretamente de investimentos diretos de estrangeiros e nacionais e de receitas fiscais adicionais associados a dinamização da economia local provocados pelas infraestruturas criadas.
- A população residente e as empresas das comunidades contempladas com o desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias terão o benefício de terem melhores condições de acessibilidade e atratividade, tanto para os habitantes locais como para os visitantes.
- Os promotores do comércio local, vendedeiras ambulantes, pescadores, peixeiras e outras MPMEs nas diferentes ilhas serão beneficiados de investimentos de melhoria de infraestruturas de apoio a economia azul, proporcionando melhores condições de trabalho, higiene e segurança, redução de perdas e custo no desenvolvimento das suas atividades.
- A população em geral será beneficiada com melhores infraestruturas, serviços e área de lazer, com repercussão na qualidade de vida, dinamização da economia local e autoestima das comunidades.



- As mulheres terão uma estratégia de empoderamento clara e com identificação de ações prioritárias associadas às intervenções de desenvolvimento previstas, quer associadas à economia azul quer para outros sectores.

3.3. Parceiros do projeto

Os parceiros do projeto são definidos como partes interessadas que contribuem para a execução e implementação do projeto. Os parceiros do projeto identificados para a fase de preparação do projeto são:

- Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial (MFFE) através da Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) – Responsável pela gestão global do projeto.
- Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação: será responsável pela supervisão técnica das infraestruturas de lazer e da economia azul, através das Infraestruturas de Cabo Verde (ICV).
- Ministério do Mar: será responsável pela gestão das actividades e infraestruturas no sector marítimo.
- Ministério do Turismo e dos Transportes (MTT): será beneficiado com a melhoria de acessibilidade para os destinos que podem ser aproveitados para potencialização da oferta turística nas diferentes ilhas.
- Estradas Cabo Verde (ECV): supervisiona o planeamento, construção, manutenção, reabilitação, operação, desenvolvimento e execução das infraestruturas rodoviárias nas diferentes ilhas.
- Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) - em colaboração com a UGPE, o ICIEG atuará na implementação das ações propostas de integração da igualdade de género no projecto e prevenção do risco e aumento da capacidade de resposta à VBG/AS/EAS.
- Direção Nacional do Ambiente (DNA) – Autoridade Nacional para a Avaliação de Impacte Ambiental.
- Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) atuará na implementação das ações propostas de integração da proteção da criança e do adolescente nas comunidades.
- Instituto do Património Cultural (IPC) – através do Gabinete de Gestão do Património Mundial – Cidade Velha, é a autoridade de licenciamento no PM sob a supervisão e aconselhamento técnico da UNESCO. Atualizará o Plano de Gestão do Património Histórico e atribuirá as autorizações necessárias para desenvolvimento de subprojectos no sítio de património mundial.
- Municípios de todas as ilhas– desempenham as atribuições do governo local, nomeadamente a identificação de subprojectos prioritários, o envolvimento no projeto e a avaliação/atribuição das licenças necessárias. Estarão envolvidos em todo o ciclo, desde a conceção até à finalização das atividades do projeto. Serão estabelecidos pontos focais do projeto em cada um dos destinos selecionados para monitorizar e gerir as atividades de infraestruturas específicas do local e assegurar a coordenação com as atividades do governo local.



A lista de parceiros irá provavelmente mudar ao longo do ciclo de vida do projeto e após definição clara dos locais de intervenção do projecto, por conseguinte, será atualizada em conformidade.

3.4. Partes Afetadas

Para cada componente existem um conjunto de partes interessadas a atuarem e/ou a serem afetadas, de forma positiva ou negativa pelo projeto. Assim, o quadro seguinte procura segmentar estes atores em entidades públicas envolvidas na execução do projeto, organizações da sociedade civil e público ou comunidade.

Tabela 1. Quadro das partes beneficiadas e afetadas pelo projeto

COMPONENTES	ENTIDADES PÚBLICAS	PÚBLICO, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
<p>Componente 1: Infraestruturas de Desenvolvimento Urbano e Territorial Resilientes.</p> <p>Esta componente financiará um conjunto de obras com foco na melhoria de condições de vida e desenvolvimento territorial dos bairros vulneráveis. O objectivo desta componente será reabilitar espaços e bens públicos para o uso comunitário, mitigação do clima, e desenvolvimento económico local.</p> <p>As intervenções no âmbito desta componente dividem-se em duas categorias:</p> <p>(i) Requalificação urbana e territorial, incluindo reabilitação de centros e bairros urbanos e/ou históricos, pavimentação de ruas, melhoria dos sistemas de drenagem, melhoria das áreas verdes para mitigação e adaptação ao clima (por exemplo, protecção contra inundações e calor extremo);</p> <p>(ii) Requalificação de áreas de frente marítima e infraestruturas pesqueiras para reforçar a actividade económica.</p>	<p>Beneficiários: Entidades como ICV, MIOTH, e municípios estarão a liderar a implementação das atividades do projeto sob a gestão da UGPE.</p> <p>Os munícipes serão os principais beneficiários das principais infraestruturas criadas e reabilitadas. A multiplicidade de empregos diretos e indiretos a surgir nos municípios de intervenção do projeto, ajudará no controlo do desemprego, para além de aumentar a dinâmica e autoestima nas comunidades</p> <p>Afetados ou em risco de exclusão: A DNA ou delegação locais do MAA terão uma maior demanda de capacidade e recursos para desempenhar o seu papel de fiscalização ambiental.</p>	<p>Beneficiários: Pescadores, peixeiras, empresários, operadores turísticos, e população em geral.</p> <p>Afetados ou em risco de exclusão: Ficam temporariamente limitados da utilização dos espaços habitual, os banhistas; pescadores; peixeiras, vendedeiras ambulantes, crianças, jovens e idosos.</p> <p>População vulnerável, nomeadamente idosos ou pessoas com alguma dificuldade/deficiência de locomoção podem ser excluídos no desenho ou implementação dos projetos de reabilitação.</p> <p>Mulheres chefes de famílias residentes em lugares remotos precisam de maior proximidade no acesso às informações com respeito às propostas de empoderamento feminino</p>
<p>Componente 2: Melhoria da Conectividade e Resiliência das Estradas:</p> <p>Esta componente financiará obras de reabilitação de estradas para melhorar a conectividade do transporte rodoviário</p>	<p>Beneficiários:</p> <p>A ECV terá avanço na implementação da sua estratégia e plano de actuação.</p>	<p>Beneficiários:</p> <p>Os empresários do ramo da agricultura e turismo terão melhores condições</p>



<p>nas comunidades selecionadas a nível nacional.</p> <p>O método de selecção de estradas será determinado durante a preparação do projeto e incluirá uma análise multicritério que terá em conta, entre outros, o estado da estrada, o risco actual e projectado para as alterações climáticas, a importância para a resiliência da rede nas respectivas ilhas e os factores socioeconómicos das comunidades afectadas. Esta abordagem centrar-se-á também no aumento da resiliência às alterações climáticas, aos riscos naturais, e às condições ambientais que afectam o País.</p> <p>As obras a financiar no âmbito do novo projecto têm o potencial de melhorar a conectividade, facilitando o transporte de produtos agrícolas para os mercados, reduzindo os tempos de deslocação dos trabalhadores que viajam entre comunidades em ligação com o seu emprego, melhorando o acesso a escolas e instalações médicas, e promovendo o turismo. Têm também o potencial de tornar os espaços urbanos seleccionados mais atraentes e inclusivos, tanto para residentes como para visitantes. Espera-se também que as intervenções resultem em maiores oportunidades de rendimento para as comunidades locais, devido a uma melhor conectividade com as oportunidades económicas.</p>	<p>O ICIEG e o ICCA terão a disponibilidade de recursos para atuarem nas áreas de cuidados da criança, empoderamento da mulher e prevenção e resposta a VBG/EAS/AS nas comunidades beneficiadas;</p> <p>Os municípios serão dinamizados com a criação de novos empregos e novas infraestruturas de apoio aos municípios.</p> <p><u>Afetados ou em risco de exclusão:</u> A DNA ou delegação locais do MAA terão uma maior demanda de capacidade e recursos para desempenhar o seu papel de fiscalização ambiental.</p>	<p>para venderem os seus produtos.</p> <p>Os condutores de forma geral terão melhores condições de trabalho.</p> <p>As associações de base comunitária e população desenravada terão maior mobilidade e oportunidade de criação de pequenos negócios</p> <p><u>Afetados ou em risco de exclusão:</u> Mulheres chefes de famílias residentes em lugares remotos precisam de maior proximidade no acesso às informações com respeito às propostas de empoderamento feminino.</p> <p>Mulheres jovens podem ser preteridos durante a procura de mão de obra na fase de execução de obras.</p>
--	---	--

3.5. Outras Partes Interessadas

Tal como definido pelo Banco Mundial, outras partes interessadas são partes interessadas que podem estar interessadas no projeto. Estes podem ser governos locais, empresários, líderes comunitários, e organizações da sociedade civil, particularmente aqueles que trabalham em ou com as comunidades pobres e vulneráveis. Outras partes interessadas neste projeto foram identificadas como se segue:



Tabela 2. Outras partes interessadas

Governo	<ul style="list-style-type: none">- Ministério das Finanças- Associações de municípios- ICIEG - Instituto Condição para a Igualdade e Igualdade de Género- ICCA - Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente- Departamento de Educação- Departamento de Saúde- Departamento da Juventude- Delegações do Ministério de Ambiente
Líderes formais e Tradicionais	<ul style="list-style-type: none">- Assembleia Nacional (Deputados)- Assembleia municipal- Plataforma ONG
Empresas e associações	<ul style="list-style-type: none">- Empreiteiros- Observatório da Cidadania- Associações de mulheres empresárias

3.6. Indivíduos ou grupos desfavorecidos / Vulneráveis

Alguns impactos de projetos podem afetar desproporcionadamente indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis que, muitas vezes, não têm voz para expressar as suas preocupações ou compreender os impactos de um projeto.

As análises de género serão realizadas durante a fase de conceção do projeto, e os resultados serão incorporados no planeamento das ações para a fase de implementação.

Grupos vulneráveis, tais como jovens, idosos e deficientes, serão consultados particularmente por forma a que suas necessidades sejam incorporadas no desenho dos subprojectos, tendo em conta as diferentes tipologias de actividades previstas. Será dada atenção a vulnerabilidades específicas, bem como a benefícios específicos que os projetos podem trazer às mulheres e a outros membros vulneráveis da sociedade, e onde necessário serão propostos programas específicos para estes grupos. O projeto identificará indivíduos ou grupos vulneráveis ou desfavorecidos e as limitações que estes possam ter na participação e/ou na compreensão das informações do projeto numa base contínua. Será prestado apoio ou recursos adicionais necessários para permitir a participação destas pessoas no processo de consulta.

Foram identificadas como pessoas vulneráveis as seguintes pessoas:

Tabela 3. Pessoas vulneráveis

GRUPO	ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS
Mulheres Mulheres domésticas que vivem em zonas mais remotas e isoladas e que pelo seu baixo nível, ou	ICIEG - Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género MORABI e OMCV - as ONG mais relevantes com foco no empreendedorismo das mulheres



nenhuma escolaridade têm limitado acesso à informação.	Departamento de Serviços Sociais das Câmaras Municipais
Jovens Jovens desempregados e/ou marginalizados com limitado acesso a informação.	Associação de Jovens Empresários; Associações de jovens Associação dos Jovens Agricultores
Comerciantes das áreas a reabilitar no período limitado à fase execução das obras	Câmara de Comércio e indústria de Barlavento Câmara de Comércio e indústria de Sotavento Câmara do Turismo
Comunidades de baixo rendimento	Associações de base comunitárias
Idosos e Outros	Departamento de Serviços Sociais das Câmaras Municipais

3.7. Resumo das necessidades das partes interessadas do projeto

O quadro seguinte resume as necessidades, por categoria de intervenientes, das partes interessadas, com base nos encontros de consulta feita até ao momento.

Tabela 4. Necessidades das partes interessadas

PARTES INTERESSADAS	PARTICIPANTES	METODOLOGIA UTILIZADA	NECESSIDADES ESPECÍFICAS IDENTIFICADAS
MIHOT e ICV.	Administradores e técnicos da Instituição	Reuniões e visita de trabalho. Foram promovidas reuniões diferenciadas entre diferentes instituições e visitas conjuntas às obras em curso e realizadas no programa PRAA.	Envolvimento de empresas locais no desenvolvimento das empreitadas. Aproveitar as lições aprendidas no âmbito do programa PRRA. Manter a boa relação existente entre o governo e os municípios na execução do projecto
ECV	Administradores e técnicos da Instituição	Reuniões e visita de trabalho. Foram promovidas reuniões diferenciadas e diversificadas, com visitas conjuntas às obras em curso e realizadas no programa PRAA.	
Municípios (Presidente e instituições locais)	Presidente, vereadores, técnicos e representantes das instituições no município de São Salvador do	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais	Disponer de estratégia para acelerar os processos e permitir o início das obras em tempo oportuno.



PARTES INTERESSADAS	PARTICIPANTES	METODOLOGIA UTILIZADA	NECESSIDADES ESPECÍFICAS IDENTIFICADAS
	Mundo e Ribeira Grande de Santiago	preocupações e sugestões para o projecto em sala de eventos do município. Língua materna, crioulo.	Garantir a fiscalização das obras para garantir a qualidade dos materiais e da obra em si. Necessidade de envolvimento de parceiros como Electra e ADS durante todo o processo de requalificação da cidade. Necessidade de apoiar projecto complementares, com especial destaque para pequenos acessos que terão grande impacto no descongestionamento da cidade.
Instituições Locais São Vicente	Vereadores da Câmara Municipal, Técnicos da Câmara municipal e delegada do Ministério da Agricultura e Ambiente	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais preocupações e sugestões para o projecto.	Necessidade de rever/conceber instrumentos Ambientais e sociais dos subprojectos de acordo com os requisitos ambientais e sociais do BM, para as obras em curso. Necessidade de articulação com os planos de gestão de áreas protegidas para obras que intercetam a área. Necessidade de incluir aspectos de segurança na construção de estradas. Necessidade de potencializar os resultados do projecto através de contratação de trabalhadores e empresas locais, para além de inclusão de pequenos projectos complementares no pacote de subprojectos apresentados
Representantes de Comunidades do Município de São Salvador do Mundo	Instituições locais (polícia, saúde, educação), jovens, adultos e idosos das diferentes localidades do município	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais preocupações e sugestões para o projecto em sala de	Reuniões comunitárias Apresentação do projecto após especificações técnicas Inclusão de responsabilidade dos empreiteiros nos danos causados em equipamentos e infraestruturas públicas durante a execução da empreitada



PARTES INTERESSADAS	PARTICIPANTES	METODOLOGIA UTILIZADA	NECESSIDADES ESPECÍFICAS IDENTIFICADAS
		eventos do município. Língua materna, crioulo.	Criação de vias alternativas para descongestionar o tráfico e constrangimentos na cidade
Representantes de Comunidades do Município de Ribeira Grande de Santiago	Vereadores e técnicos da Câmara Municipal, eleitos municipais, equipa da delegacia de saúde, representante das comunidades.	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais preocupações e sugestões para o projecto em sala de eventos do município. Língua materna, crioulo.	Priorização do projecto de Estradas São João Batista-Belém-Pico Leão, tendo em conta as dificuldades atualmente provocadas pelo difícil acesso, nomeadamente a nível da segurança das crianças caminham para ir e voltar da escola, acesso à água potável, educação saúde entre outros aspectos. Por outro lado fomentaria o emprego digno na agricultura e a sustentabilidade da actividade
MPMEs de diferentes sectores (turismo, agricultura, pesca, comércio, etc...)	Será realizada durante o PPA		
Consultores especializados	Será realizada durante o PPA		

4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

4.1. Objetivo e calendário do programa de envolvimento das partes interessadas

Os objetivos do envolvimento das partes interessadas neste projeto incluem:

- Socializar o projeto com as potenciais comunidades a serem afetadas;
- Divulgação de informação sobre o projeto;
- Destacar os contributos e conselhos de uma série de intervenientes, e ajustar a conceção do projeto em resposta ao feedback recebido;
- Promover a confiança e a verdade;
- Assegurar a adesão local à conceção do projeto proposto;
- Proporcionar vias para a resolução de conflitos por consenso; e
- Gerar, e responder a, feedbacks.



O envolvimento das partes interessadas iniciou há alguns meses como parte da preparação do projeto e continuará durante todo o ciclo de vida do projeto, de acordo com a programação das atividades de intervenção no terreno. A natureza e a frequência do envolvimento serão adaptadas aos grupos e questões relevantes. Entretanto apresenta-se de uma forma geral o programa inicial, sendo que o mesmo será detalhado ao longo do desenvolvimento do projecto.

Tabela 5. Programa geral de envolvimento das partes interessadas

PUBLICO ALVO	ACTIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	METODOLOGIA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
Agências estatais: Ministério das Finanças, MIHOT, ICV e ECV	<p>Programação de momento de partilha de informações referente aos subprojectos, nomeadamente projectos de execução estudos ambientais e sociais e outras informações consideradas relevantes.</p> <p>Sensibilização da comunidade em matéria de risco relacionado a VBG/EAS/AS e VCC.</p> <p>Formação e capacitação de acordo com as necessidades identificadas.</p>	<p>Encontros formais em sala de reuniões.</p> <p>Workshops.</p> <p>Publicações em sites de diferentes instituições.</p> <p>Apresentações públicas formais.</p> <p>Sessões de formação.</p> <p>OBS: estas actividades deverão ser realizadas para cada subprojecto</p>	<p>Contribuições de diferentes partes interessadas para o projecto.</p> <p>Engajamento do público em geral.</p> <p>Apoio das associações e ONGs na monitorização, partilha de informações.</p>	<p>N.º de encontros realizados tendo em conta as metas estabelecidas para cada fase e cada subprojecto.</p> <p>OBS: Após definição exata dos subprojectos os indicadores e metas serão especificados</p>
Governo e instituições Local	<p>Promoção de encontro com comunidades locais e afetadas para apresentação de subprojectos e recolha de contribuições.</p> <p>Promoção de encontros com a comunidade para apresentação dos impactes durante a fase de</p>	<p>Encontros comunitários informais.</p> <p>Distribuição de brochuras.</p> <p>Colocação de informações em site.</p>	<p>População informada.</p> <p>Participação da população.</p> <p>Registo e resolução de reclamações.</p>	<p>n.º de encontros realizados.</p> <p>n-º de materiais de sensibilização produzidos e distribuídos.</p> <p>Nº de reclamações/sugestões registados e tratados.</p>



PUBLICO ALVO	ACTIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	METODOLOGIA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
	<p>construção, medidas de mitigação e recolha de subsídios.</p> <p>Promoção de encontros com a comunidade para apresentação dos mecanismos de gestão de reclamação.</p>			
Comunidades das localidades beneficiadas e ONGs	<p>Promoção de encontros com representatividade de todos os grupos, incluindo os identificados com mais vulneráveis.</p> <p>Sensibilização em temáticas diversas.</p> <p>Estabelecimento de actividades para fomentar o empoderamento feminino.</p>	<p>Encontros informais na localidade.</p> <p>Sessões de sensibilização.</p>	<p>Definição do ponto focal de mgr na comunidade.</p> <p>Assunção da informação por todos.</p> <p>Engajamento e envolvimento durante a execução do projecto.</p>	<p>n.º de encontros realizados.</p> <p>Nº de reclamações/sugestões registados e tratados.</p> <p>Nº de sessões de sensibilização realizadas.</p> <p>Iniciativas de empoderamento feminino realizadas.</p>
Pessoas com deficiências	<p>Auscultação em específico deste grupo, por forma a auscultar as preocupações relativamente as infraestruturas previstas.</p>	<p>Encontros</p>	<p>Engajamento dos participantes e contribuições para tornar os subprojectos mais inclusivos.</p>	<p>Nº de sessões e participantes presentes .</p>
MPMEs de diferentes sectores (turismo, agricultura, pesca, comércio, etc...)	<p>Encontro para apresentação dos subprojectos, principais constrangimentos durante a fase de execução, medidas de mitigação previstas, MGR e auscultação de contributos para</p>	<p>Encontros específicos.</p>	<p>Assunção de informação e contribuições dos participantes para ajustar as medidas de mitigação.</p>	<p>Nº de participantes.</p> <p>Nº de encontros.</p> <p>Nº de reclamações/sugestão.</p>



PUBLICO ALVO	ACTIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	METODOLOGIA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
	melhorar a implementação dos subprojectos			
Trabalhadores do projecto	Sessões de formação e sensibilização em temáticas diversas, de acordo com o subprojecto	Encontros específicos	Engajamento, contribuições e implementação do projecto de acordo com os requisitos estabelecidos	Nº de sessões de formação/sensibilização. Nº de participantes.

4.2. Mensagens-chave

As principais mensagens terão de ser desenvolvidas à medida que a conceção do projeto for confirmada em mais pormenor e através do processo de envolvimento das partes interessadas. Algumas das mensagens-chave incluirão:

- O projeto preza pela igualdade e equidade de oportunidades, sem discriminação, nem exclusão dos indivíduos.
- O projeto preza pelo aumento da participação das mulheres nos vários programas de aprendizagem e formação ao longo da implementação do mesmo. Para assegurar a inclusão equitativa dos géneros espera-se que haja um equilíbrio de género no acesso às oportunidades, (nenhum dos géneros tenha acesso a menos de 40% das oportunidades). O projeto assim contribui para melhorar o acesso das mulheres a oportunidades económicas e a empregos.
- Sempre que possível, serão contratados trabalhadores locais para ajudar na fase de implementação do projeto.
- O projeto preza pela identificação de medidas especiais visando condições de trabalho seguras para todos os trabalhadores contra o risco de Covid-19, e Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual, etc.
- O calendário previsto para as intervenções em cada local será comunicado uma vez determinado.
- Os instrumentos ambientais e sociais de cada subprojecto, incluindo os principais impactes e as medidas de mitigação serão socializadas com a comunidade afetada previamente ao início das intervenções, para recolha de subsídios e por forma a melhor mitigar os impactes sociais previstos.
- O projeto garante os serviços a sobreviventes de casos de VBG relacionados com o projeto incluindo: (i) atendimento em saúde; (ii) atendimento psicossocial; e (iii) apoio jurídico.
- Tem o direito de reclamar se está insatisfeito ou se está lesado pela ação do projeto. As reclamações são valorizadas e tratadas de forma justa e confidencial.



4.3. Estratégia proposta para a consulta e a divulgação de informação

A informação será disponibilizada de forma prévia, durante todas as fases de implementação do projeto, através de uma série de abordagens adaptadas ao público e às necessidades de cada grupo. As rádios locais serão utilizadas para mensagens dirigidas a toda a comunidade, tais como a informação de sessões de informação abertas. Algumas brochuras serão preparadas para a comunicação de informações mais complexas.

Há uma variedade de técnicas de envolvimento utilizadas para construir relações com as partes interessadas, recolher informação das mesmas, consultar grupos diferenciados, e divulgar informação sobre os projetos.

Para selecionar uma técnica apropriada será definido o objetivo de envolvimento de cada grupo e serão considerados métodos de consulta culturalmente apropriados. As técnicas mais utilizadas variarão de acordo com o público-alvo e são as seguintes:

Tabela 6. Técnicas de envolvimento das partes interessadas

TÉCNICA DE ENVOLVIMENTO	APLICAÇÃO APROPRIADA DA TÉCNICA
Contactos individuais por correspondência (Telefonema, email, mensagens de texto)	Distribuir informação a funcionários governamentais, ONG, Governo Local, e organizações/agências. Convidar as partes interessadas para reuniões e acompanhamento.
Reuniões de pequenos grupos e entrevistas com as partes interessadas e organizações relevantes	Proporcionar oportunidades de contribuições, pontos de vista e opiniões diferentes. Permitir às partes interessadas falar livremente sobre questões sensíveis. Construir maior comprometimento. Registar sempre as contribuições.
Reuniões formais	Apresentar a informação do projeto a um grupo de interessados. Permitir que o grupo opine e dê o seu ponto de vista evitando a captura da audiência por alguma parte. Construir uma relação impessoal com intervenientes de alto nível. Divulgação de informação técnica. Registar os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados.
Reuniões públicas	Apresentar informação sobre o projeto a um grande grupo de interessados, especialmente comunidades. Permitir que o grupo apresente os seus pontos de vista e opiniões. Construir relações com as comunidades, especialmente as impactadas. Distribuir informação não técnica. Facilitar reuniões com apresentações, PowerPoint, cartazes, etc. Apresentar a comunidade as medidas de mitigação dos impactes ambientais e sociais negativos previstos.



	<p>Apresentar a comunidade os canais disponíveis para apresentar sugestões e reclamações sobre o projecto.</p> <p>Devem sempre ser registadas os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados.</p>
Focus group	<p>Apresentar informação sobre o projecto a um grupo de interessados.</p> <p>Permitir que pequenos grupos de pessoas (mulheres, jovens, pessoas vulneráveis, pessoas com deficiência, etc.) apresentem os seus pontos de vista e opiniões.</p> <p>Construir relações com as comunidades e comunidades vizinhas.</p> <p>Apresentar ao grupo os canais disponíveis para apresentar sugestões e reclamações sobre o projecto.</p> <p>Devem sempre ser registadas os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados.</p>
Website da UGPE e dos parceiros incluindo a Direção Nacional do Ambiente (DNA)	<p>https://ugpe.gov.cv/</p> <p>MGR da UGPE.</p> <p>Estabelecer um Comité Local de Gestão de Reclamações (pedido de informação, queixas, sugestões e denúncias) em cada área de projeto.</p> <p>Apresentar informação sobre o projeto e atualizações do progresso.</p> <p>Divulgar Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e Planos de gestão ambiental e Social (PGAS) eventuais, Quadro de Política de Reassentamento (QPR) e outra documentação de projeto relevante.</p> <p>Partilhar informação sobre as atividades do projeto.</p> <p>Fornecer informação sobre materiais de construção que serão necessários para incitar potenciais fornecedores.</p> <p>Devem sempre ser registadas os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados.</p>
Comunicação direta com as partes afetadas - proprietários, por perda de árvores/bens/activos/terras	<p>Partilhar informação sobre o calendário das atividades do projeto.</p> <p>Acordar sobre as opções de remoção de árvore/replanteio e realocização de pessoas.</p> <p>Apresentar os canais disponíveis para apresentar sugestões e reclamações sobre o projecto.</p>
Emissões de Radio e Televisão	<p>Organizar a emissão de rádio/TV para levar o projeto ao grande público e permitir uma sessão de perguntas/respostas</p>
Panfleto do projeto	<p>Breve informação sobre o projeto para fornecer atualizações regulares</p> <p>Informação sobre projetos específicos do local</p>
Workshops	<p>Apresentar informação sobre o projeto a um grupo de partes interessadas, de forma a sensibilizar o grande público e permitir uma sessão de perguntas/respostas.</p> <p>Permitir que os interessados deem opiniões e pontos de vista.</p>



	Utilizar exercícios participativos para facilitar as discussões, discutir questões de brainstorming, analisar informação e desenvolver recomendações e estratégias.
Questionários digitais, por telefone e presenciais	Reunir opiniões e pontos de vista de intervenientes individuais. Reunir dados de base. Registo de dados. Desenvolver uma base de dados de base para monitorizar os impactos.

Para atender aos requisitos de consulta pública e envolvimento das partes interessadas no contexto da pandemia de Covid-19, o processo de consulta estará em conformidade com a "Nota Técnica: Consultas Públicas e Envolvimento das Partes Interessadas em operações apoiadas pelo BM quando existem restrições à condução pública" e atenderá aos regulamentos das autoridades sanitárias nacionais.

De uma forma específica, para cada fase e componente do projecto estão previstas um conjunto de actividades, pelo que a seguir se apresenta o quadro detalhado das actividades a serem realizadas. Não obstante, o mesmo sofrerá alterações com o desenvolvimento do projecto, por forma a estar sempre actualizado e ajustado às necessidades específicas de cada subprojecto.



Tabela 7. Atividades de Envolvimento das Partes Interessadas propostas para cada fase do projeto

FASE DO PROJETO	INFORMAÇÃO A DIVULGAR / TÓPICO DE CONSULTA	MÉTODOS PROPOSTOS	CALENDÁRIO: LOCALIZAÇÕES/DATAS	PÚBLICOS-ALVO	RESPONSABILIDADES
Componente 1 - Infra-estruturas de Desenvolvimento Urbano e Territorial Resilientes					
Preparação do Projeto (comum a todas as componentes)	<ul style="list-style-type: none"> -Visão geral do projeto e componentes propostos. - Resumo das consultas e respostas/acções das partes interessadas. - Consulta ao PEPI e PCAS. 	<ul style="list-style-type: none"> -Reuniões individuais (conforme o caso). -Reuniões de pequenos grupos. -Seminários de consulta pública. <p>Telefone, carta, email.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Os principais parceiros foram mobilizados e auscultados individualmente. -As comunidades foram consultadas em reuniões de grupo. -Outubro a janeiro de 2023 visita de terreno e encontros com as partes interessadas dos municípios . 	<ul style="list-style-type: none"> -Entidades governamentais. -Comunidades / Público em geral. -ONG e OBC. -Representantes de Grupos Vulneráveis. -Sector privado. -Outras partes interessadas. 	UGPE e ICV
Fase de concepção (comum a todas as componentes)	<ul style="list-style-type: none"> -Consultas sobre estratégia de seleção dos beneficiários - Consultas ao QGAS, QPR e LPM. -Informação sobre o GRM, como o público pode aceder ao mesmo, e passos envolvidos na resolução. Conceção dos Comités de Gestão de Reclamações 	<ul style="list-style-type: none"> --Seguimento de seminários de consulta pública. -Grupos de discussão. -Reuniões com instituições a nível central e local. 	<ul style="list-style-type: none"> -Todos os municípios E entidades governamentais. -A ser realizada entre Fevereiro a março de 2023. 	<ul style="list-style-type: none"> -Departamentos governamentais do Estado. -Associação de Deficientes. -Comunidades / Público em geral. -Outras partes interessadas. 	UGPE, ECV, ICV e consultores ambientais e sociais contratados
Fase Inicial	-Informação sobre o MGR, como o público pode aceder ao	-Múltiplas oficinas de consulta comunitária.	-Virtual e presencial envolvendo os municípios e as entidades centrais;	-Instituições governamentais e	UGPE, ICV e Câmara Municipal



FASE DO PROJETO	INFORMAÇÃO A DIVULGAR / TÓPICO DE CONSULTA	MÉTODOS PROPOSTOS	CALENÁRIO: LOCALIZAÇÕES/DATAS	PÚBLICOS-ALVO	RESPONSABILIDADES
	mesmo, e passos envolvidos na resolução, e concepção do CCGR e dos CLGR	- Discussões em pequenos grupos com as comunidades. - Rádio, TV, Cartazes, Flyers, Facebook Page Web.	<i>Pelo menos 60 dias depois da efetividade do projeto</i>	Ministérios a nível nacional e municipal -Comunidades / Público em geral -Grupos vulneráveis	
	-Resumo das consultas e respostas/ações das partes interessadas, incluindo a revisão da conceção do projeto e das PCAS, PEPI, QGAS, QPR, LPM e outros documentos ambientais e sociais específicos	-Seguimento de seminários de consulta pública -Rádio comunitária -Panfleto informativa sobre as atividades	-Todos os municípios e entidades nacionais -A ser realizada entre Fevereiro a março de 2023 -A ser repetido no caso de quaisquer alterações significativas ao projeto, incluindo o ESCP revisto.	-Instituições governamentais a nível nacional e municipal -Comunidades -Representantes de Grupos Vulneráveis -Outras partes interessadas	UGPE, ECV, ICV e consultores ambientais e sociais contratados
Fase de implementação	-Código de Conduta dos Trabalhadores - Formação sobre normas ambientais e sociais, mudanças climáticas - Formação sobre os procedimentos de gestão laboral. -Formação sobre VBG/EAS/AS. - Consulta a AIAS e PGAS de subprojectos específicos.	-Seminários de consulta pública -Workshop - Formações	-Todos os 22 municípios; -Pontos focais das entidades beneficiárias. -Entidades nacionais governamentais. -De acordo com as especificidade de cada subprojeto. - A ser realizada ao longo da implementação do projeto	-Todos os Trabalhadores do projeto; - Todos os Colaboradores do projeto -Comunidades	UGPE, ECV, ICV, consultores ambientais e sociais

Componente 2 - Melhoria da Conectividade e Resiliência das Estradas



FASE DO PROJETO	INFORMAÇÃO A DIVULGAR / TÓPICO DE CONSULTA	MÉTODOS PROPOSTOS	CALENÁRIO: LOCALIZAÇÕES/DATAS	PÚBLICOS-ALVO	RESPONSABILIDADES
Fase Inicial	Informação sobre o MGR, como o público pode aceder ao mesmo, e passos envolvidos na resolução.	-Múltiplas oficinas de consulta comunitária -Discussões em pequenos grupos com as comunidades -Rádio, TV, Cartazes, Flyers, Facebook Page Web .	-Todos os municípios e entidades do governo central conforme necessário, antes da conceção final e durante a implantação em cada Ilha / Município. <i>Pelo menos 60 dias depois da efetividade do projeto</i>	-Todos os municípios -Grupos vulneráveis ONG's	UGPE, ICV , ECV e e Câmara Municipal
	-Oportunidades de Colaboração na Implementação de Projetos	-Reuniões, E-mails, FB (Facebook) -Panfleto de informação da rádio comunitária sobre as atividades do projeto	-Todos os municípios e entidades do governo central MPMES e ONGs A ser realizada entre Fevereiro a março de 2023 -A ser repetido no caso de quaisquer alterações significativas ao projeto, incluindo o ESCP revisto.	-Gestores de projeto em serviços de utilidade pública para projetos relevantes em Cabo Verde -Outros potencialmente relacionados	UGPE, ICV, ECV e Câmara Municipal
	Resumo das consultas e respostas/ações das partes interessadas, incluindo a revisão da conceção do projeto e das PCAS, PEPI, QGAS, QPR , LPM e outros documentos ambientais e sociais específicos	- Seguimento de seminários de consulta pública -Rádio comunitária -Panfleto informativa sobre as atividades	--Todos os municípios e entidades nacionais --A ser realizada entre Fevereiro a março de 2023 -A ser repetido no caso de quaisquer alterações significativas ao projeto, incluindo o ESCP revisto.	-Instituições governamentais a nível nacional e municipal -Comunidades -Representantes de Grupos Vulneráveis Centros de formação profissional -Outras partes interessadas	UGPE, ICV , ECV e Câmara Municipal
Fase de implementação	- Código de Conduta dos Trabalhadores - Formação sobre normas ambientais e	-Seminários de consulta pública - Workshop - Formações	-Todos os 22 municípios - A ser realizada ao longo da implementação do projeto	-Todos os Trabalhadores, Empreiteiros e fiscais e beneficiários das	UGPE, ICV, ECV e Câmara Municipal



FASE DO PROJETO	INFORMAÇÃO A DIVULGAR / TÓPICO DE CONSULTA	MÉTODOS PROPOSTOS	CALENDÁRIO: LOCALIZAÇÕES/DATAS	PÚBLICOS-ALVO	RESPONSABILIDADES
	sociais, mudanças climáticas - Formação sobre os procedimentos de gestão laboral _Formação sobre VBG/EAS/AS - Informação sobre o GRM, para trabalhadores, e passos envolvidos na resolução.			intervenções em infraestruturas	
Componente 3– Gestão do Projeto					
Fase de implementação	-Monitorização E avaliação dos Indicadores DOP e Intermedium; -Resumo das consultas e respostas/ações das partes interessadas -Resumo do GRM	-Reuniões comunitárias -Reuniões de pequenos grupos -Workshops com múltiplas partes interessadas	- Todos os Municípios / ilhas (Ao longo do Projeto)	- UGPE, - 22 Municípios - Pontos focais das instituições beneficiárias	UGPE



4.4. Estratégia proposta para incorporar a visão dos grupos vulneráveis

Os grupos vulneráveis, quando impossível o contacto com todos, serão visados através de organizações representativas, incluindo mulheres, deficientes e associações de jovens. As comunidades remotas, que são frequentemente de baixo rendimento, serão incluídas através dos seus representantes tradicionais e formais.

As medidas serão desenvolvidas através do projeto para permitir o acesso dos benefícios do projeto a todos. Os principais obstáculos para as pessoas vulneráveis que beneficiam do projeto estarão relacionados com o acesso à informação e aos benefícios do projeto. Os parceiros do projecto terão um papel fundamental a desempenhar em relação a este último aspeto, por forma a assegurar que o projeto não aprofunde a desigualdade

O projeto beneficiará inerentemente grupos vulneráveis identificados, tais como pessoas com deficiência, ao aumentar as oportunidades de acesso a uma série de áreas de lazer e serviços a serem reabilitados. Estão ainda previstas actividades relacionadas ao reforço das questões de género e, empoderamento feminino associados à educação, formação, e providencia de serviços de saúde. A nível dos jovens marginalizados, constitui oportunidades de emprego, pelo que será dada atenção especial a disponibilização de informações aos mesmo. De uma forma geral, uma vez que o projeto é de âmbito nacional, todas as pessoas terão benefícios teóricos do projeto.

Grupos vulneráveis adicionais neste projeto poderão ser identificados durante fases futuras de envolvimento comunitário, e o plano será revisto em conformidade para refletir esta identificação de novas partes interessadas.

4.5. Indicadores de progresso na implementação do PEPI

São indicados um conjunto de 10 indicadores para monitorizar o progresso na implementação do PEPI, para a fase de PPA do projecto que, entretanto, serão reajustados após definição das subactividades atividades específicas, conforme necessidade.

Tabela 8. Indicadores de progresso na implementação do PEPI

Indicadores de progresso na implementação do PEPI-Fase PPA	
A1	Encontros de stakeholders institucionais realizados nos últimos três meses
A2	Encontros comunitários realizados nos últimos três meses
A3	Número de trabalhadores do projecto informados sobre o MGR existente na UGPE?
A4	Número de trabalhadores do projeto que assinaram o Código de Conduta VBG/VCC?
A5	Existência e operacionalidade dos canais de MGR nos Municípios de implementação de projeto? (Muito Satisfatório Moderado Pouco satisfatório)
A6	Nº de reclamações registadas no MGR ?
A7	Percentagem (%) de reclamações registadas no MGR do projeto e tratadas em tempo oportuno (menos de 10 dias)
A8	Nº de reclamações relacionadas com VBG/EAS/AS e VCC



A9	Existência e operacionalidade do prestador de serviço ao sobrevivente de VBG/EAS/AS (Muito Satisfatório Moderado Pouco satisfatório)
A10	Existência e operacionalidade do prestador de serviço ao sobrevivente de VBG/EAS/AS (Muito Satisfatório Moderado Pouco satisfatório)

4.6. Linhas de tempo

O projecto se encontra numa fase muito incipiente, pelo que de momento não é possível determinar com exatidão o ano de início e termino do projecto. Contudo a vigência prevista para o projeto é de 5 anos.

4.7. Estimativa de custos de implementação do PEPI

A implementação do PEPI para esta fase do projecto (PPA) está estimado em 5335,00 USD, alocados conforme se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 9. Estimativa orçamental para a implementação do PEPI

Técnicas de Engajamento a serem empregues:	Custo estimado total (USD)
Correspondências	0
Logística relacionado a encontros comunitários	970,00
Workshops ou reunião de trabalho	485,00
Deslocação inter ilhas para visitas de Terreno	1455,00
Vulgarização das mensagens nas rádios, nos panfletos e na TV	970,00
Implementação do MGR	485,00
Reforço de capacidades – Formações VBG/EAS/AS	970,00
Total	5335,00

4.8. Revisão dos Comentários

Este documento inclui pormenores das consultas realizadas como parte da fase de preparação do projeto, incluindo pontos-chave de discussão e recomendações para responder às reações das partes interessadas.

Sugestões, comentários, esclarecimentos e outras informações recolhidas serão documentadas nos Memorandos de Consulta e, na próxima oportunidade, um resumo de como foram tidas em conta será reportado ao grupo de partes interessadas.

As preocupações manifestadas pelas partes interessadas e os compromissos consequentemente assumidos pelo projeto serão registados no Plano de Compromisso Ambiental e Social (ESCP), que será atualizado ao longo do ciclo de vida do projeto.



4.9. Fases Futuras do Projeto

As partes interessadas serão mantidas informadas à medida que o projeto se desenvolve, incluindo da actualização e implementação do plano de envolvimento das partes interessadas e do mecanismo de gestão de reclamação. Numa fase mais avançada serão elaborados relatórios ambientais e social e relatórios de desempenho do projeto que também serão partilhados com as partes interessadas. Dependendo de futuros ajustes relacionados a dinâmica do projecto os reportes poderão ser ajustados, mas para já, estão previstas pelo menos sessões semestrais de reportes formais e o seu conteúdo será discutido com os principais parceiros do projecto.

5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

5.1. Recursos

O Ministério das Finanças criou a Unidade de Gestão de Projetos Especiais para supervisionar os projetos financiados pelo Banco Mundial, incluindo a supervisão das salvaguardas. A Especialista Ambiental e Social da UGPE será responsável pela coordenação das atividades de participação das partes interessadas em estreita articulação com os parceiros do projeto, quem terá responsabilidade pela execução das atividades de envolvimento das partes interessadas.

5.2. Funções e Responsabilidades de Gestão

Nesta fase ainda não está claro como será o arranjo do projecto em termos de implementação.

Para esta fase e PPA, as disposições para a implementação do projeto são as seguintes:

A Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) é responsável pela implementação do Projeto em coordenação com os parceiros do projeto nomeadamente, MIOTH (ICV, ECV) e Municípios. Por conseguinte, o Projeto será implementado no âmbito das leis e regulamentos existentes no sector de ordenamento do território, desenvolvimento urbano e de infraestruturas, incluindo estradas, seguindo a atual estrutura administrativa do Governo.

A Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) tem funções primárias de coordenação, gestão fiduciária do Projeto (aquisição e gestão financeira) e implementação das salvaguardas. Portanto, será responsável pela identificação, gestão e supervisão dos riscos sociais e ambientais do Projeto, pela partilha de informações e engajamento das partes interessadas.

O Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros detalhará as funções e responsabilidades das várias partes e explicitará quaisquer ajustamentos aos procedimentos nacionais exigidos pelo financiador.

Todas as atividades serão documentadas através dos relatórios periódicos submetidos ao Banco Mundial.



6. MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

O principal objetivo de um mecanismo de gestão de reclamação (MGR) é ajudar a resolver as reclamações e as queixas de uma forma atempada, eficaz e eficiente que satisfaça todos os envolvidos. Especificamente, o mecanismo proporciona um processo transparente e credível para a obtenção de resultados justos, eficazes e duradouros. Também promove a confiança e a cooperação como parte integrante de uma consulta comunitária mais ampla, o que, por sua vez, facilita a implementação de medidas corretivas. Especificamente, o mecanismo de reclamações:

- Proporciona às pessoas afetadas vias para apresentar uma queixa e resolver qualquer disputa que possa surgir no decurso da execução do projeto;
- Assegura que sejam identificadas e implementadas ações de reorientação apropriadas e mutuamente aceitáveis, visando a satisfação dos queixosos; e
- Evita a necessidade de recorrer a processos judiciais.

As comunidades e indivíduos que considerem ser adversamente afetados por um projeto apoiado pelo Banco Mundial (BM) podem apresentar queixas aos mecanismos de gestão de queixas existentes a nível da UGPE ou ao Serviço de reparação de queixas do BM (GRS). O GRS assegura que as queixas recebidas são prontamente analisadas a fim de responder a preocupações relacionadas com o projeto. As comunidades e indivíduos afetados pelo projeto podem submeter as suas queixas ao painel de inspeção independente do BM que determina se ocorreram ou poderão ocorrer danos, como resultado do incumprimento por parte do BM das suas políticas e procedimentos. As queixas podem ser apresentadas em qualquer altura após as preocupações terem sido levadas diretamente ao conhecimento do Banco Mundial, tendo sido dada à Direção do Banco uma oportunidade de responder.

Para informações sobre como submeter queixas ao Serviço de Reclamações do Banco Mundial (GRS), por favor visite <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service> . Para informação sobre como submeter queixas ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, por favor visite www.inspectionpanel.org.

Entretanto já existe um Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR) genérico na UGPE para dar resposta a todos os projetos em curso. Não obstante serão depois criados comités de gestão de reclamações específica para este projecto.

O MGR existente tem em conta formas culturalmente adequadas de lidar com as preocupações da comunidade. Foram especificados processos para documentar queixas e preocupações, incluindo compromissos de tempo para resolver questões. Portanto, durante esta fase o MGR continuará a ser comunicado a todos os grupos de interessados durante cada atividade de envolvimento planeada e serão realizadas comunicações especiais com os grupos vulneráveis identificados em cada sítio de implementação do projeto.

6.1. Descrição do mecanismo de gestão de reclamações

As reclamações e as queixas serão tratadas a dois níveis principais de reparação, compostos por: i) nível local; ii) nível central. Dependendo da complexidade da reclamação e do canal de recepção utilizado pelo queixoso, as reclamações serão tratadas a nível local pelo Ponto Focal de Reclamações em cada entidade envolvida e/ou a nível central pelo Especialista de E&S da UGPE e representantes chaves da implementação do projeto. Para tal, serão constituídos



Comités Locais para a Gestão de reclamações baseados a nível de cada entidade envolvida e gerida pelo ponto focal da gestão de reclamações, e um Comité Central de Gestão de Reclamações (CCGR) a nível central no seio da UGPE com representação dos principais parceiros.

O CCGR será constituído por:

- um (1) Especialista AS da UGPE,
- um (1) representante de cada Instituição parceira,
- um (1) representante de todas as categorias de partes interessadas,
- o Gestor do Projeto.

Esta estrutura será estabelecida antes do início do projeto.

Os Comités Locais para a Gestão de reclamações ficarão baseados a nível dos municípios beneficiados com obras. Farão parte do CLGR:

- Um (1) representante da delegação local do MAA;
- Um (1) representante do município;
- Um (1) ou mais representantes de ONG's e/ou ABC;

No caso, de não haver acordo, através do CCGR será nomeada uma organização/especialista independente para resolver a situação. Uma vez utilizados todos os níveis de reparação possíveis, e o queixoso ainda não estiver satisfeito, a UGPE irá aconselhá-lo sobre o seu direito de recurso legal. O recurso judicial não faz parte do MGR, mas é uma opção disponível sobre a qual os reclamantes devem estar cientes desde o início do processo.

Os passos da MGR são descritos abaixo:

- Step 1.** Apresentação de queixa
- Step 2.** Receção, registo e categorização de queixas
- Step 3.** Reconhecimento da receção de queixas
- Step 4.** Investigação da queixa
- Step 5.** Proposta ao queixoso de medidas resolutivas
- Step 6.** Implementação das medidas acordadas
 - a. Se se chegar ao acordo a nível local: implementação das medidas acordadas;
 - b. Se não se chegar ao acordo a nível local: agravar a queixa para o nível central;
 - c. Se for alcançado um acordo a nível central: implementação das medidas acordadas;
 - d. Se não se chegar ao acordo a nível central: agravar a queixa para o nível independente;
 - e. Se for alcançado um acordo a nível independente: implementação das medidas acordadas
- Step 7.** Registrar acordo alcançado e encerrar a queixa
- Step 8.** Caso não se chegue ao acordo, aconselhamos o queixoso sobre o seu direito de recurso legal



O mecanismo incluirá as seguintes etapas indicativas e calendários:

Tabela 10. Prazos de execução das etapas de tratamento das reclamações

Etapa	Processo	Período de tempo
1	Receber, registar e categorizar as reclamações e as queixas	no prazo de 24 horas
2	Reconhecer a receção das reclamações e das queixas	dentro de 72 horas
3	Investigação de queixas, incluindo entrar em contacto com o queixoso	no prazo de 24 horas
4	Chegar até ao queixoso e propor medidas resolutivas	no prazo de 7 dias
5	Se for alcançado um acordo a nível local (Ponto Focal das reclamações): implementação das medidas acordadas	no prazo de 14 dias
6	Se não se chegar a acordo a nível local: transferir a queixa para ser tratada ao nível central	no prazo de 7 dias
7	Se for alcançado um acordo a nível central implementação das medidas acordadas	no prazo de 14 dias
8	Se não se chegar a acordo a nível central: agravar a queixa para o nível independente (professores universitários, ONG, especialistas, etc.)	no prazo de 7 dias
9	Se for alcançado um acordo a nível independente: implementação das medidas acordadas	no prazo de 14 dias
10	O registo chegou a acordo, encerra-se a queixa	dentro de 48 horas

Será estabelecido um processo de recurso no âmbito do MGR para os casos em que o queixoso não fique satisfeito com a resolução proposta para a sua queixa. Uma vez propostos todos os meios possíveis para resolver a queixa, se o queixoso ainda não estiver satisfeito, este deve ser avisado do seu direito de utilizar os recursos legais.

6.2. Tipo / categoria de reclamações

O mecanismo a ser posto em prática será utilizado para apresentar queixas, comentários, pedidos / reclamações, sugestões, elogios ou questões relacionadas com a gestão e implementação do projeto.

O ponto focal do MGR organizará as sugestões e reclamações conforme a seguinte classificação:

- **Procedentes:** consultas, sugestões ou reclamações relativas aos projetos da UGPE financiados pelo Banco Mundial;
- **Áreas de Conservação:** consultas, sugestões ou reclamações relacionadas com áreas de conservação, mas sem relação com os projetos da UGPE. Serão encaminhadas à DNA.
- **Não procedentes:** consultas, sugestões ou reclamações sem relação com os projetos da UGPE. Em caso de denúncias ou violações da Lei se recomendará ao reclamante de contactar a polícia.



Prosseguindo as consultas, sugestões ou reclamações procedentes serão classificadas de acordo com as seguintes categorias.

- Categoria A – Reclamações relacionadas com a gestão e execução do projeto.
- Categoria B – Violência Baseada no Género e Violência Contra Crianças.
- Categoria C – Desempenho de Projectos.

6.3. Procedimentos para a comunicação e registo de queixas

É importante que haja várias formas de registar queixas e reclamações, e que estas formas sejam amplamente conhecidas. As queixas anónimas podem ser apresentadas e resolvidas. O projeto irá adotar os seguintes canais de admissão das reclamações e queixas:

- Linha telefónica gratuita: 800 13 14;
- Apresentando uma queixa através do formulário online depositados neste link e QRcode abaixo: <https://forms.gle/V139UWWtVHWyMcid8> ;
- Endereço de correio eletrónico: reclamação.ugpe@ugpe.cv;
- Carta aos pontos focais do MGR nos estabelecimentos de saúde locais e centrais
- Entradas e registo de uma queixa no livro de registo de reclamações em todas as entidades parceiras aos diversos níveis – O modelo do formulário do livro de registo de reclamações encontra-se no Anexo 2;



Outras medidas serão implementadas no âmbito do projeto para tratar queixas sensíveis e confidenciais, incluindo as relacionadas com a exploração e abuso sexual/assédio sexual, de acordo com a nota de boas práticas sobre estas questões que faz parte dos recursos QAS do Banco Mundial.

Quando uma queixa ou uma reclamação é recebida, independentemente do canal através do qual é submetida, deve ser documentada no Livro de Reclamações e Reclamações ou no documento Excel ou na Base de Dados de Reclamações e Queixas.

O circuito das reclamações admitidas a nível do CLGR segue o seguinte esquema:

Circuito das reclamações, sugestões, observações e pedidos de esclarecimento – Comité Local de Gestão de Reclamações

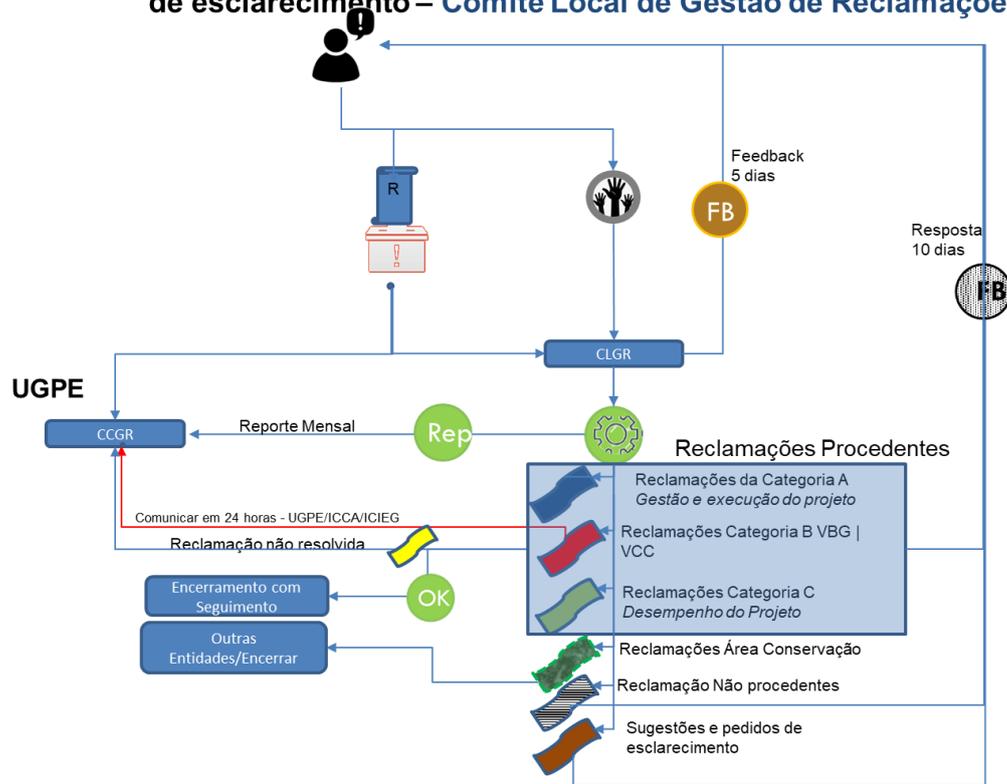


Figura 2. O circuito das reclamações admitidas a nível do CLGR

O circuito das reclamações admitidas a nível do CCGR segue o seguinte esquema:

Circuito das reclamações, sugestões, observações e pedidos de esclarecimento – Comité Central de Gestão de Reclamações

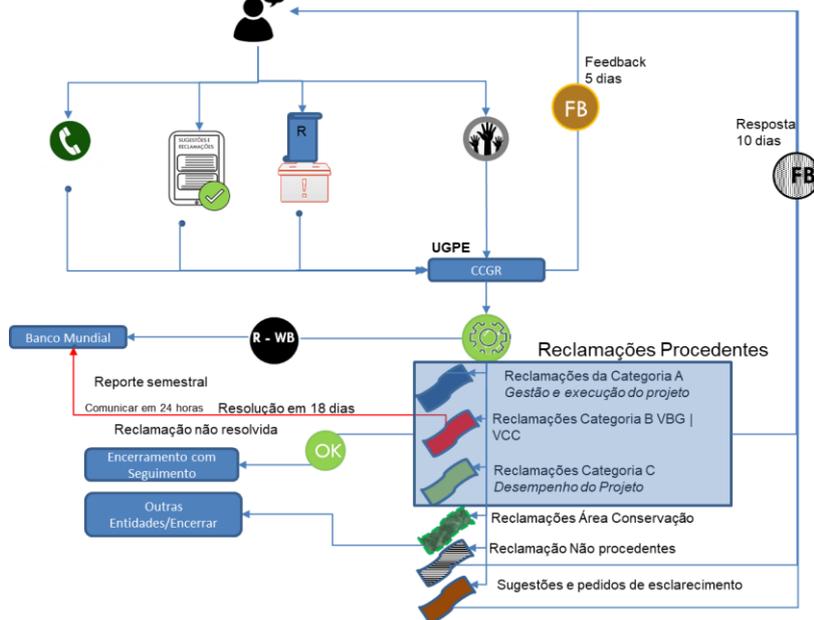


Figura 3. Circuito das reclamações admitidas a nível do CCGR

Legenda:

- | | | | |
|--|---------------------------------------|--|-------------------------------------|
| | Livro de Reclamações | | Reclamação não resolvida |
| | Linha Verde 24 horas | | Receção, Registo e Classificação |
| | Reclamação via eletrónica | | Feedback de receção(5 dias) |
| | Encontros comunitários | | Feedback agradecimento após análise |
| | Reclamações da Categoria A | | Resolução satisfatório com acordo |
| | Reclamações Categoria B VBG VCC | | Reportar |
| | Reclamações Categoria C | | Reporte semestral |
| | Reclamação Não procedentes | | |
| | Sugestões e pedidos de esclarecimento | | |
| | Reclamações nas áreas de conservação | | |



6.3.1. Procedimentos para a comunicação e registo de queixas de VBG/EAS/AS e VCC

Os CLGR estabelecidos a nível local nas áreas de intervenção, recebem todas as reclamações relacionados com o processo de implementação do projeto e realizam uma análise e avaliação prévia dos fatos ou eventos. O CLGP deve, em colaboração com a EAS, assegurar o bom funcionamento do procedimento de queixas/tratamentos, exceto para queixas relacionadas à SEA/HS e à violência contra crianças (VCC). Mesmo assim, todos os pontos focais recebem formação em atendimento a vítimas de VBG/EAS/AS.

Reclamações relacionadas com VBG/EAS/AS e violência contra crianças (VCC) são imediatamente encaminhadas pelo Ponto focal de gestão de reclamações do CLGR para o ICIEG (telefone: 132) ou por contato direto com o ponto focal do ICIEG, em todos os municípios do país, ou para o ICCA, respetivamente, com o conhecimento d especialista ambiental e social do projecto.

O ICIEG é atualmente, e com base no memorandum de entendimento em vigor, a entidade responsável para prestar serviços aos sobreviventes de casos de VBG relacionados com os projetos geridos pela UGPE, incluindo: (i) atendimento em saúde; (ii) atendimento psicossocial; e (iii) apoio jurídico, seguindo as normas e diretrizes globais e da instituição.

Deve-se observar que o comitê local somente encaminhará a reclamação à UGPE para ação administrativa.

6.4. Ficha de resumo das reclamações

A folha de resumo da queixa é um documento preenchido pela UGPE ou pelo perito ambiental e social da UGPE, dependendo do caso. A folha de resumo da queixa contém as seguintes informações: número da queixa; descrição da queixa; estrutura responsável pelo tratamento da queixa; resultante das medidas recomendadas; data prevista de processamento.

6.5. Relatório de tratamento das reclamações

O relatório de tratamento de reclamações é um documento de síntese preenchido trimestralmente pelo perito ambiental e social da UGPE. O relatório fornece informações sobre o seguinte: número de queixas registadas durante o período, resumo dos tipos de queixas, número de queixas tratadas, número de queixas não tratadas, com explicações de apoio.

Os queixosos serão continuamente informados do progresso e dos detalhes do processamento das suas queixas.

6.6. Informação ao público sobre o MGR

O EAS da UGPE, o coordenador da UGPE, as instituições Parceiras, e o ponto focal local devem comunicar em cada ocasião apropriada a existência de um mecanismo de gestão de reclamações e encorajar todas as partes interessadas potencialmente afetadas pela implementação do projeto a utilizá-lo.

O perito ambiental e social da UGPE é obrigado a fazer a socialização continua do mesmo para todas as categorias de intervenientes.



6.7. Recurso à justiça

Os queixosos insatisfeitos podem tomar medidas administrativas ou legais em qualquer altura quando as suas preocupações não tiverem sido resolvidas.

7. MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS

7.1. Envolvimento das partes interessadas nas atividades de monitorização

A monitorização e avaliação da implementação das atividades do projeto e dos impactos sociais associados visa assegurar, por um lado, que as medidas de mitigação propostas sejam implementadas de acordo com o planeamento aprovado e, por outro, que os resultados esperados sejam alcançados. A monitorização e avaliação também preveem a implementação de medidas corretivas adequadas para resolver e superar dificuldades e assegurar que o objetivo principal do projeto seja alcançado e que as partes interessadas participem de forma inclusiva e participativa em todas as fases do processo.

É aconselhável envolver os interessados, através da representação, no acompanhamento das atividades de execução.

7.2. Apresentação de relatórios aos grupos de partes interessadas

O PEPI será regularmente revisto e atualizado, conforme necessário, durante a implementação do projeto para assegurar que a informação nele apresentada é consistente e atualizada, e que os métodos participativos identificados permanecem adequados e eficazes em relação ao contexto do projeto e às fases específicas do seu desenvolvimento. Quaisquer alterações significativas nas atividades relacionadas com o projeto e o seu calendário devem ser devidamente refletidas no PEPI. Resumos semestrais e relatórios internos sobre as reclamações, inquéritos e incidentes relacionados, e sobre os progressos na implementação das ações preventivas e/ou corretivas relacionadas serão submetidos à direção do projeto. Os resumos fornecerão um mecanismo de avaliação tanto do número como da natureza das reclamações recebidas, os pedidos de informação, assim como demonstrará a capacidade do projeto de tratar essas queixas de uma forma atempada e eficaz.

A informação sobre atividades de envolvimento público empreendidas pelo Projeto durante o ano pode ser transmitida às partes interessadas de duas formas possíveis:

- Publicação de um relatório anual autónomo sobre a interação do projeto com as partes interessadas.
- Uma série de Indicadores Chave de Desempenho (KPIs) relativos ao envolvimento dos stakeholders serão também monitorizados pelo projeto numa base regular. O especialista ambiental e social da UGPE trabalhará em estreita colaboração com o ICV, ECV e Municípios para produzir dados para a monitorização do Quadro de Resultados e preparar relatórios mensais para divulgação ao Coordenador da UGPE, para a tomada de decisão informada e correção do curso, quando necessário. Além disso, os especialistas em E&S e em M&E realizarão visitas ao local para acompanhar de perto a implementação.



O relatório será utilizado para tomar decisões informadas e as medidas corretivas adequadas com base nas suas recomendações. No final do projeto, um relatório de conclusão da implementação e de resultados abrangerá a realização de cada uma das componentes do projeto, aprovisionamento, gestão financeira, reparação de queixas e envolvimento dos cidadãos, salvaguardas, disseminação e utilização de dados, cumprimento de pactos legais, e lições aprendidas (positivas e negativas). Os relatórios, incluindo as lições aprendidas, serão amplamente divulgados aos interessados, incluindo às organizações da sociedade civil e ao público.



ANEXO 1- Memorandum de Encontros de Consultas das Partes Interessadas no Âmbito da Conceção deste PEPI

ATA DE MISSÃO: AUSCUTAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E VISITA DE TERRENO

MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO MUNDO

Improving Connectivity and Urban Infrastructure Project– PPA

Introdução

No âmbito da Elaboração do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas para a fase PPA do Projeto, "Improving Connectivity and Urban Infrastructure Project" foi realizada uma missão de terreno no município de São Salvador do Mundo, no dia 10 de janeiro de 2023, para partilha de informações, auscultação das partes interessadas e recolha de subsídios sobre os subprojectos de Requalificação da Achada Igreja que inclui asfaltagem da Rua principal, construção de vias alternativas, criação de miradouros e espaços de lazer. Este trabalho foi realizado para contribuir para a preparação dos instrumentos do Quadro Ambiental e Social durante a fase PPA do projeto, designadamente: (1) Plano de Compromissos Ambiental e Social, o (2) Plano de Envolvimento das Partes Interessadas. A missão foi conduzida pelas especialistas ambientais e sociais Larissa Varela e Neiva Centeio. Foram realizados dois encontros, sendo um institucional, com a presença do presidente, vereadores e representantes das instituições locais e o segundo com representantes das diferentes localidades do município. Os objetivos específicos da missão incluíram os seguintes aspetos: (1) Conhecer o nível de envolvimento dos municípios e o detalhe dos subprojectos propostos; (2) Auscultar as preocupações dos municípios e instituições; (3) Apresentar à comunidade de uma forma geral as intervenções previstas e auscultar as suas preocupações e sugestões; (4) Apresentar o MGR geral da UGPE a todas as partes interessadas e (5) Visita aos locais de implantação dos subprojectos e identificação de eventuais fatores de risco, impactos ambientais e sociais das fases de construção e exploração.

Principais resultados da missão:

- Ponto de situação relativamente aos subprojectos:

Subprojectos	Fase de desenvolvimento a 10 de janeiro de 2023
1 Reabilitação do centro urbano de achada Igreja que inclui asfaltagem da via principal, criação de acessos alternativos, construção de miradouros, passeios, paragens de autocarros, reabilitação do mercado e espaço de lazer (gelataria, restaurantes, ginásios, espaços desportivos, acessos pedonais etc.)	A ideia e o desenho do projeto já existem e foi socializado com a Ministra do MIHOT somente. A nível de construção alguns espaços de lazer já foram contruídos, nomeadamente o restaurante Picarte e o polivalente.

- Preocupações da equipa camararia e instituições locais.

Envolvimento atempado de parceiros como a Electra e ADS tendo em conta os trabalhos previstos para colocação de fios subterrâneos.

Celeridade nos trabalhos de criação de acessos alternativos para resolução do congestionamento da cidade em dias de festas ou casos de acidente principalmente.

Necessidade de complementaridade entre diferentes projectos financiados pelo Banco Mundial, com actuação no município.

Preocupações relativamente ao tempo de execução das obras.

- Preocupações da comunidade.

Salvaguardas dos aspetos históricos da cidade.

Necessidade de apresentação do projecto à comunidade para contribuições.

Questões de segurança durante a fase de construção.

Inclusão de pintura de casas das famílias mais carenciadas no processo de reabilitação.

Preocupações relativamente a paralisação de rede de água durante a construção e inclusão de aspectos de salvaguardas relacionados a danos na rede durante as obras e a responsabilização dos empreiteiros.

- Apresentação do MGR

As partes interessadas foram informadas sobre o mecanismo de gestão de reclamação existente na UGPE e os procedimentos associados. Não obstante ainda foram abordados aspetos relativamente a futuros momentos de socialização e foi apontado um membro da comunidade para integrar posteriormente o comité local de gestão de reclamação a ser criado após PPA do projecto.

Sem mais assunto a tratar, procedeu-se a visita de terreno, pelo segue as principais fotos do encontro e pontos a intervir.

Fotos da reunião com as partes interessadas institucionais



Fotos do encontro com representantes da comunidade.



Fotos de pontos incluídos no subprojeto de requalificação do centro urbano de achada igreja.





ATA DE MISSÃO: AUSCUTAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E VISITA DE TERRENO

MUNICÍPIO DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO

Improving Connectivity and Urban Infrastructure Project– PPA

Introdução

No âmbito da Elaboração do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas para a fase PPA do Projeto, "Improving Connectivity and Urban Infrastructure Project" foi realizada uma missão de terreno no município de Ribeira Grande de Santiago, no dia 12 de janeiro de 2023, para partilha de informações, auscultação das partes interessadas e recolha de subsídios sobre os subprojectos de: (i) Construção e Reabilitação da estrada São João Baptista-Belém-Pico Leão (calçada); (ii) Circular de Cidade Velha (asfalto); (iii) Reabilitação do centro histórico da Cidade Velha e (iv) Tratamento e conserva de pescado na localidade de porto mosquito e cidade velha. Este trabalho foi realizado para contribuir para a preparação dos instrumentos do Quadro Ambiental e Social durante a fase PPA do projeto, designadamente: (1) Plano de Compromissos Ambiental e Social, o (2) Plano de Envolvimento das Partes Interessadas. A missão foi conduzida pelas especialistas ambientais e sociais Larissa Varela e Neiva Centeio. Foram realizados três encontros, sendo um institucional, com a presença do presidente substituto, vereadores e representantes das instituições locais, o segundo com a comunidade de belém e o terceiro com a comunidade de tronco e pico leão.

Os objetivos específicos da missão incluíram os seguintes aspetos: (1) Conhecer o nível de envolvimento dos municípios e o detalhe dos subprojectos propostos; (2) Auscultar as preocupações dos municípios e instituições; (3) Apresentar à comunidade de uma forma geral as intervenções previstas e auscultar as suas preocupações e sugestões; (4) Apresentar o MGR geral da UGPE a todas as partes interessadas e (5) Visita aos locais de implantação dos subprojectos e identificação de eventuais fatores de risco, impactos ambientais e sociais das fases de construção e exploração.

Principais resultados da missão:

- Ponto de situação relativamente aos subprojectos:

Foram apresentados o ponto de situação de todos os projectos submetidos ao programa PRRA, sendo que da lista do novo projecto constam apenas os projectos de reabilitação de estradas.

Subprojectos	Fase de desenvolvimento a 12 de janeiro de 2023
Construção e Reabilitação da estrada São João Baptista-Belém-Pico Leão (calçada)	Os terrenos já foram identificados, mas não existe ainda nenhum Estudo de Impacte Ambiental. Sugerem a inclusão do troço em frente ao hotel vulcão. Informaram que muitos pequenos troços estão a ser reabilitados no âmbito do projecto de requalificação de bacias hidrográficas, sob a gestão da DGASP. Estes troços irão se conectar a este subprojecto de reabilitação da estrada principal. Considerem este projecto prioritário em relação aos demais
Circular de Cidade Velha (asfalto)	Os estudos de Impacte Ambiental estão em elaboração com a ECV e de momento estão a fazer o levantamento dos aspectos relacionados a titularidade de terreno privados incluídos no traçado. A estrada existe em terra batida e será alargada. Também detetada a necessidade de incluir o acesso à comunidade de calabaceira neste subprojecto.
Reabilitação do centro histórico da Cidade Velha	A reabilitação inclui inclusão de balneários públicos, construção de quiosques para vendedeiras e artesãos. De momento o projecto esta a ser desenhado conjuntamente com o IPC.
Tratamento e conserva de pescado na localidade de porto mosquito e cidade velha	Existe uma fabrica em porto mosquito da tutela do ministério que tutela a pesca que poderá ser aproveitado, mas ainda não tem nenhum acordo em concreto. Querem adicionar ao projecto câmaras frigorificas de conserva de pescados e maquinas de produção de gelo.

- Preocupações da equipa camararia e instituições locais.

Consulta à DGASP para conhecer as estradas contempladas e melhor entender o projecto de requalificação da bacia, por forma a analisar pontos de complementaridade entre os dois projectos no sentido de maximizar os resultados;

Preocupações relativamente a alguns traçados, no sentido de tornar os mesmos mais curtos;

Articulação deste subprojecto com os subprojectos incluídos em outros projectos financiados pelo Banco mundial;

Preocupações relativamente ao tempo de execução das obras e a qualidade da mesma;

Sugestão de inclusão de um mini cais em Porto Mosquito e outras condições para descarga local do pescado;

Sugestão de alargamento de fábrica de pescado existente em porto mosquito.

- Preocupações da comunidade de Belém

Questões de segurança durante a fase de construção de estrada para evitar queda de pedras.

Alternativas de acesso, uma vez que utilizam a estrada para travessia de animais.



Solicitam alcatrão na nova estrada.

Solicitam urgência na construção de estradas, tendo em conta que a actual está em péssimas condições e causam os seguintes constrangimentos:

- Acordam de madrugada 2 ou 3 horas para poderem colocar os produtos agrícolas na cidade;
- Os gastos com viaturas são elevados pelo que não há transporte de passageiros e tem que usar viaturas para transporte de mercadorias para chegar a cidade.
- O serviço de ambulância não consegue deslocar à comunidade, pelo que em caso de doenças recorrem a viaturas de mercadorias ou viaturas da Câmara Municipal.
- Os estudantes também não têm meios de transporte devido a condições das estradas.
- Os gastos com manutenção de viaturas são semanais e com pneus mensais devido as más condições da estrada.
- O transporte em viaturas de mercadoria até a cidade é desconfortável e não garante as condições de higiene.

- Preocupações da comunidade de Tronco e Pico Leão.

Solicitam urgência e priorização do projecto de reabilitação da estrada, tendo em conta as seguintes justificativas:

- Perdas e danos nos produtos agrícolas durante o transporte até a cidade;
- Gastos com o escoamento dos produtos devido ao transporte de pequenas quantidades para evitar danos;
- Transporte de pessoas juntamente com animais devido a ausência de transporte de passageiros;
- Necessidade de desencravamento e alavancagem da comunidade que tem muito potencial agrícola e de turismo rural;
- Situação de casos de morte durante o transporte devido a falta de condições de circulação;
- Nº de transporte reduzido.;
- Ausência de investimento de emigrantes devido as condições da estrada;
- Os produtos agrícolas são recolhidos no dia anterior porque o transporte é de madrugada e muitas vezes não chegam frescos à cidade;
- Tem muitos problemas com manutenção de viaturas, com custos avultados devido as condições das estradas;
- Estão com problemas de abastecimento de água porque os autotanques não conseguem circular na estrada nas condições actuais;
- Muitas vezes demoram dois dias com doentes em casa antes de conseguir transporte e alguns ficam com sequelas.;
- Em épocas de chuva a comunidade fica isolada e as crianças tem que dormir na comunidade de belém para poderem frequentar a escola, caso contrario perdem dias de aula;
- As crianças acordam de madrugada para percorrer caminhos a pé até o ponto de paragem de transporte;
- Em épocas de chuvas os doentes são transportados a pé;
- Em tempo de chuvas não conseguem escoar produtos agrícolas porque as cheias isolam a comunidade;
- Não conseguem reabilitar suas casas porque a aquisição de matérias de construção civil fica excessivamente caro devido as condições de transporte;
- Há perda da população devido a condições da estrada;
- As crianças do liceu que tem educação física a tarde chegam a casa a noite com risco para a sua segurança;
- Muitas pessoas têm terreno e não estão a trabalhar a agricultura devido a condições da estrada;
- Algumas culturas como o morango por exemplo não são cultivadas porque não conseguem enviar o produto fresco para o mercado;

Solicitam a construção de estradas acompanhados de espaços de lazer;

Solicitam a contratação de dos jovens que não trabalham durante a fase das obras;

Informaram que tanto mulheres como homens trabalham ligados à agricultura e pecuária e que só necessitam da estrada para tornar o negócio mais sustentável.

- Apresentação do MGR

As partes interessadas foram informadas sobre o mecanismo de gestão de reclamação existente na UGPE e os procedimentos associados. Não obstante ainda foram abordados aspetos relativamente a futuros momentos de socialização.

Sem mais assunto a tratar, procedeu-se a visita de terreno, pelo que a seguir são apresentadas as principais fotos dos encontros e dos pontos a intervir.

Fotos da estrada a reabilitar



Encontro com a comunidade de Belém



Encontro com a comunidade de Tronco e Pico Leão.





ATA DE MISSÃO: ENCONTRO COMUNITÁRIO E DA REUNIÃO TÉCNICA E VISITA DE TERRENO

"Improving Connectivity and Urban Infrastructure Project" financiado pelo Banco Mundial – PPA

Mindelo

Introdução

Enquadrado na preparação do Projeto, "Improving Connectivity and Urban Infrastructure Project" foi realizada uma missão de terreno com deslocação São Vicente, no dia 05 de janeiro de 2023 para auscultação das partes interessadas e recolha de subsídios sobre os subprojectos de (i) Reabilitação da estrada Monte Verde; (ii) Requalificação Urbana e Ambiental do Alto da Bomba; (iii) Requalificação Urbana e Ambiental do Fernando Pó; (iv) Requalificação Urbana e Ambiental de Covada de Bruxa), de forma a contribuir para a preparação dos instrumentos do Quadro Ambiental e Social do PPA, designadamente: (1) Plano de Compromissos Ambiental e Social, o (2) Plano de Envolvimento das Partes Interessadas. A missão foi conduzida pelos seguintes elementos: Larissa Varela (Especialista Ambiental e Social da UGPE), Sulamita Fortes (Representante das Infraestruturas de Cabo Verde). A Câmara Municipal de São Vicente esteve representada pelos Vereadores executivos responsáveis pelas áreas do ambiente, saneamento, solos, abastecimento, juventude, cultura, espaços culturais (1) Vereador José Carlos_; (2) Vereador Anísio Neves; e equipa técnica municipal dedicada às áreas do urbanismo, ordenamento do território e da inclusão social e produtiva.

A Delegação do Ministério da Agricultura e do Ambiente em São Vicente, esteve representada pela Delegada Carla Margarida Monteiro.

Os principais objetivos da missão incluíram (1) Conhecer o nível de envolvimento de cada parte interessada incluindo a população e o ponto de situação das ações necessárias para as intervenções em consideração; (2) Visita aos locais de implantação dos subprojectos e identificação de eventuais fatores de risco e impactos ambientais e sociais das fases de construção e exploração.

Principais resultados da missão

Em resumo o estado das atividades é o seguinte:

	<i>Subprojectos</i>	<i>Fase de desenvolvimento a 06 de janeiro de 2023</i>
1	Reabilitação da estrada Monte Verde	A atividade está sob a alçada das Estradas de Cabo Verde. Falta de informações
2	Requalificação Urbana e Ambiental do Alto da Bomba	Atividade gerida pela Infraestrutura de Cabo Verde. Concluída a fase de Planeamento e Conceção. Arrancada a fase de Construção - Obra consignada a 8 de novembro de 2022 à Empresa Armando Cunha, adjudicada através de concurso. Plano de Gestão Ambiental e Social do Empreiteiro por desenvolver. O prazo de conclusão é de 9 meses. Eng ^a Sulamita partilhará o mapa de quantidades de trabalho
3	Requalificação Urbana e Ambiental do Fernando Pó	Atividade gerida pela Infraestrutura de Cabo Verde. Concluída a fase de Planeamento e Conceção. Plano de Gestão Ambiental e Social do Empreiteiro por desenvolver. Eng ^a Sulamita partilhará o mapa de quantidades de trabalho
4	Requalificação Urbana e Ambiental de Covada de Bruxa	Atividade gerida pela Infraestrutura de Cabo Verde. Concluída a fase de Planeamento e Conceção. Plano de Gestão Ambiental e Social do Empreiteiro por desenvolver. Eng ^a Sulamita partilhará o mapa de quantidades de trabalho
5	Centro de processamento de pescado/Requalificação do abrigo	A atividade está sob a alçada do Mistério do Mar. Falta de informação

A Requalificação Urbana e Ambiental do Alto da Bomba trata-se de uma das atividades em consideração para implementação através do financiamento do Banco Mundial. Todo o projeto foi apresentado pela Eng^a Solamita Fortes e comporta os seguintes meandros:

A entidade gestora das atividades de planeamento, conceção e execução da empreitada é a Infraestruturas de Cabo Verde (ICV). O projeto está na fase de construção. A empreitada foi adjudicada por via de concurso e consignado a 08 de novembro à empresa Armando Cunha.

Os trabalhos em curso estão na sequência de uma primeira fase já concluída e que se estende através desta segunda fase seguindo o mesmo conceito da anterior. A implementação da primeira fase foi premiada a nível internacional enquadrada na Iniciativa Outros Bairros - Iniciativa de intervenção comunitária em Alto Bomba, vencendo o prémio "Obra do Ano de 2022" que celebra o melhor da arquitetura lusófona, uma iniciativa do site de arquitetura ArchDaily.

As obras da segunda fase incluem trabalhos urbanização e melhoria do acesso a serviços públicos como a eletricidade, o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais para a população.

Os trabalhos de urbanização incluem o calcetamento de estradas, pedonais, muros de contenção, escadas, criação de canteiros para a plantação com plantação de fruteiras, rede de drenagem pluvial, criação de pracinhas e outros espaços recreativos.

A melhoria do acesso às habitações será garantido de diferentes formas, por estrada, por pedonais, por escadas, entre outros.

Serviços envolvidos- extensão das Infraestrutura da rede de água incluindo a construção de reservatório e ligações domiciliárias de água, com a construção de reservatório - mais estação de bombagem, rede de electricidade com instalação de novos postes da rede pública de eletricidade, extensão das redes de coletores de esgotos e ligações domiciliárias de esgotos.

A Electa SA – entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e entidade gestora da rede pública de distribuição de eletricidade está envolvida no processo, principalmente deliberando sobre as especificações técnicas das construções nos domínios da extensão da rede pública de água e de eletricidade do sistema.

A Câmara Municipal partilhou a experiencia de falhas de comunicação e do envolvimento da Câmara Municipal como uma das principais partes interessadas em projectos do tipo, especialmente decorrido durante a primeira fase do projeto. O vereador sublinhou a necessidade de feedback e envolvimento nos desenvolvimentos da obra.



A designação de um ponto focal da Câmara Municipal para participar do Comité local de gestão de reclamações do projeto e de participação nas visitas mensais à obra para obter informações sobre o andamento do projeto foi considerada promissora para ultrapassar esta situação.

A requalificação Urbana e Ambiental do Fernando Pó e de Covada de Bruxa seguem o mesmo conceito que a requalificação de Alto da Bomba.

Há falta de acesso de carro para várias habitações que poderá demandar maior esforço humano no transporte de materiais;

1. Qual a população alvo beneficiada:

- Alto da Bomba, Fernando Pó e Covada da Bruxa são áreas urbanas de génese ilegal. A maioria da sua população são pessoas de baixa renda que migraram para São Vicente e muitas delas vivem em situações precárias.
- Todos os moradores e trabalhadores dos Alto da Bomba, Fernando Pó e Covada da Bruxa.
- A Associação de Moradores de Alto da Bomba está estabelecida e poderá contribuir nos trabalhos.

2. Há algum grupo cuja a vida irá mudar com as intervenções? Como?

As intervenções têm um caráter de conferir dignidade às pessoas garantido o seu direito humano à água e saneamento para todos.

A Cintina – fontanário público, situado em Fernando Pó, será desativada quando concluídas as obras de requalificação. A “aguadeira” é pessoa encarregada de venda de água na zona que a mais de 14 anos trabalha no local. O seu local de trabalho será alterado. Cautelas devem ser tomadas na tomada de decisão sobre a sua realocação decorra em moldes compatíveis com a NAS2.

3. Alguma oportunidade de rendimento será criada com as obras previstas?

O projecto reserva pelo menos 50% da sua mão de obra para os trabalhadores locais.

4. Durante as intervenções, há algum grupo de pessoas ou indivíduos que poderão ser afetados negativamente pelas intervenções? Como?"

Algumas vias de acesso às habitações poderão estar condicionadas ao longo das intervenções de construção civil. Os trabalhos ocorrem muito próximo às casas das famílias que passam a conviver com os impactos e riscos associados a pequenas obras de construção.

5. Principais preocupações ambientais

A reabilitação da estrada de Monte Verde implica a construção dentro do Parque natural de Monte Verde, que se estende a partir da bifurcação para a baía até ao fim da estrada. Neste troço, deve-se prezar pelo calcetamento e nunca a colocação do asfalto. Questões de controlo da inundação na origem, e libertação de hidrocarbonetos estão na base desta recomendação da Delegada do Ministério da Agricultura, reforçada pelo Vereador Júnio.

Recolheu-se pouca informação sobre o estado do projecto da reabilitação da estrada ou sobre o projecto Centro de processamento de pescado.

Entretanto algumas recomendações foram avançadas, designadamente:

- reabilitação da estrada de Monte Verde deve favorecer a utilização da calçada é mais aconselhável para evitar a impermeabilização e a vegetação;
- Qualquer alargamento da estrada que for feito não deve ir além da área de servidão.
- É necessários incluir mais infraestruturas de drenagem de águas pluvial para evitar as inundações à jusante.
- A queda das pedras das encostas em erosão deve ser controlada para a segurança da estrada;
- Deve-se considerar o plano de gestão da área de monte verde, e procurar estabelecer os 2 miradores planeados para o local, a Instalação de murros de proteção, a melhorar a sinalização das estradas para melhor controlo do transito, a Estação de serviço com construção de casas de banho, a colocação de contentores de lixo,

6. Boas práticas no local

Dá-se enfoque na exigência de utilização de mão de obra local nas atividades de construção civil. Neste contexto, uma boa prática está a ser implementada ao longo do projecto fase 2. Exigiu-se a utilização de Mão de obra local igual ou superior a 50%. Para este efeito, na fase 1, foram formadas um grupo de Mulheres calceteiras de Alto da Bomba – o que merece destaque especialmente porque é habitual o emprego de mão de obra feminina e trabalhos de calcetamento ou outros trabalhos de construção civil.

Principais preocupações declaradas pelos presentes:

- Há um risco de envolvimento das partes interessadas ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento do projecto
- Há um anseio com a data de arranque. A municipalidade garante que existem condições locais para pôr em marcha todas as intervenções planeadas mesmo que em simultâneo. A equipa da Câmara está disponível para trabalhar em todas as frentes em consideração.
- Há uma preocupação da Camara Municipal para que as empresas e as pessoas locais sejam positivamente discriminadas nas oportunidades de emprego e contratação de serviços associados aos projetos.

- Existem muitas habitações não regularizadas no local. As propriedades não têm registos, apesar da iniciativa da Camara Municipal de regularizar os lotes e as habitações.
- Há risco de surgimento tardio de “donos de terreno informais” que possam ser ocupados pelas intervenções do projeto.
- Há risco de perda de emprego das aguadeiras.

Alcançados os objetivos preconizados, deu-se por encerrado o encontro do qual se lavrou o presente Memorandum ao qual se anexa a lista dos participantes.

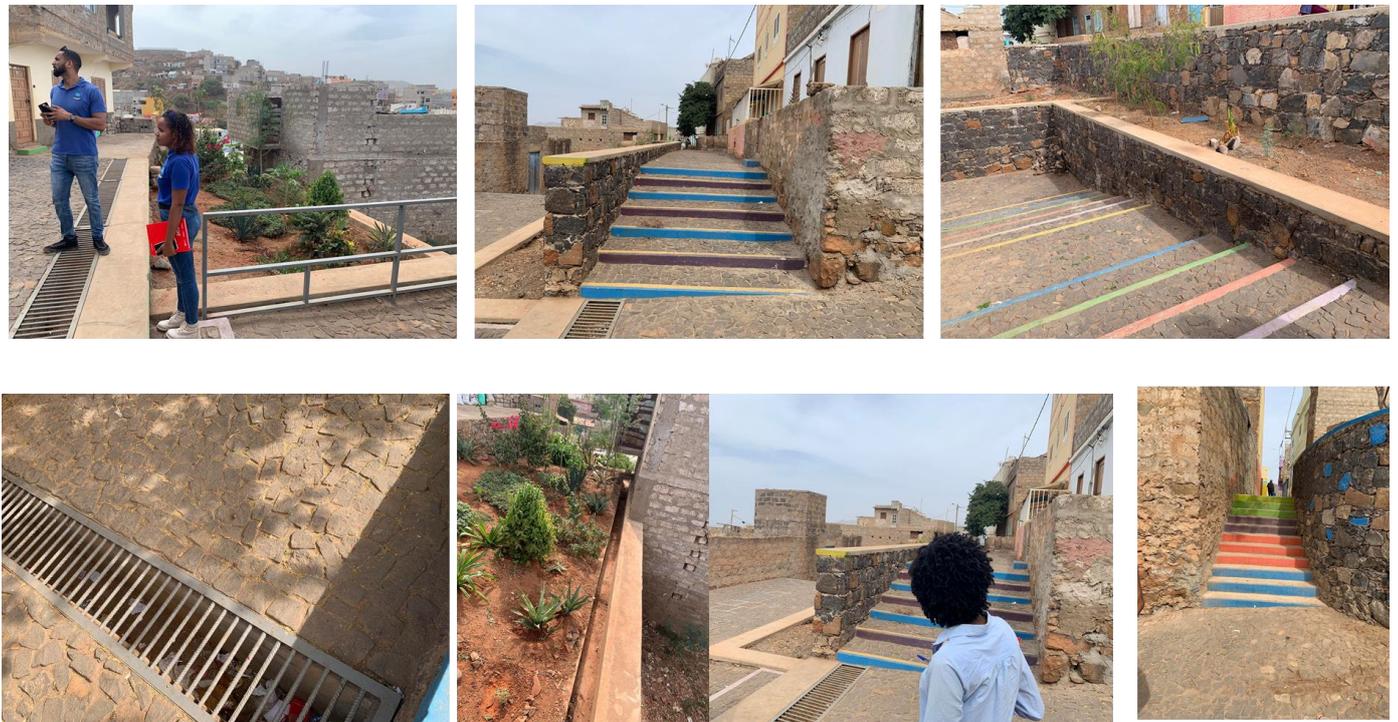
Fotos Fernando Pó



Fotos Covada da Bruxa



Fotos Alto da Bomba – Exemplos de intervenções





ANEXO 2 – FORMULÁRIO DO LIVRO DE RECLAMAÇÕES

N 0001



Ministério
das Finanças

Unidade de Gestão
de Projectos Especiais

REPÚBLICA DE CABO VERDE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
UNIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS
Mecanismo de Gestão de Reclamações da UGPE
Formulário de Registo de Reclamações

1. Identificação do reclamante

Nome: _____

Género: M F Idade: _____ E-mail: _____

Nº de Telefone: _____ Nº de Telemóvel: _____

2. Residência

Ilha: _____ Município: _____ Localidade: _____

3. Apresentação da Reclamação/Sugestão/Observação

Nome do projeto ou da atividade alvo da reclamação

Resumo do motivo da reclamação

4. Data de preenchimento: ___ / ___ / ___

5. Assinatura Reclamante

6. Assinatura Recetor
